



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



SEÇÃO DE COMPRAS - DIADEMA

Edital nº 458/2026/SEÇÃO DE COMPRAS - DIADEMA

Diadema, 12 de junho de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO
90044/2026

CONTRATANTE (UASG)
Universidade Federal de São Paulo UNIFESP - *campus* Diadema (153031)

OBJETO

Contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento mão de obra especializada, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e demais insumos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.043.857,84 (três milhões, quarenta e três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **30/06/2026** às **10h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço

MODO DE DISPUTA

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

PREGÃO ELETRÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026
Processo Administrativo nº 23089.017112/2025-39

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO, CNPJ 60.453.032/0001-74, por meio da Seção de Compras, sediada Rua São Nicolau, 210,5º andar, bairro Centro, na cidade de Diadema/SP, CEP 09913-030, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra especializada, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e demais insumos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 5 (cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. sociedades cooperativas;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 4.4.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, ou empresa de pequeno porte.
- 4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

- 4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

grupo

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	1	Mensal

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	1	R\$ 0,10

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como

das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas brasileiras;

6.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1.

Seq	Sindicato	Base
1	SIEMACO - ABC - SIND EMPR EMPR DE PREST DE SERV ASSEIO E CON, CNPJ n. 58.144.007/0001-67 e SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO CONSERVACAO E AFINS DO GRANDE ABCDMRPRGS, CNPJ n. 71.539.787/0001-02.	2026

7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.11.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.11.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.11.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.13.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.13.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.13.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.22. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.22.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.22.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.22.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado;

7.22.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133, de 2021;

7.23. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.24. O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.25. O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo 4 horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022

7.26. O Pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.27. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10,00 %, (dez vírgula zero) por cento. para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo email servicos.diadema@unifesp.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 4 (quatro) horas , para:

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.7.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

9.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalsei.unifesp.br/>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: E-mail: compras.diadema@unifesp.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br/

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (SEI 3375367);

13.11.2. ANEXO II - Mapeamento de Riscos (SEI 3375674);

13.11.3. ANEXO III - Descritivo de Limpeza SEI (3275469);

13.11.4. ANEXO IV - Planilha Metragem Geral do Campus (SEI 3310264);

13.11.5. ANEXO V - Modelo de Atestado de Vistoria (SEI 3189258);

13.11.6. ANEXO VI - Modelo de Termo de Ciência e Concordância (SEI 3189264);

13.11.7. ANEXO VII - Modelo de Declaração de Relação de Compromissos Assumidos (SEI 3189270);

13.11.8. ANEXO VIII - Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI 3418886);

13.11.9. ANEXO IX - Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical (SEI 3436137).

12/06/2026,

.....
André Aparecido Ramos

Diretor Administrativo Unifesp - Campus Diadema

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 7907b81776263995922



Documento assinado eletronicamente por **Andre Aparecido Ramos, Diretor(a) de Departamento**, em 15/06/2026, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clicando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3436189** e o código CRC **387524C5**.

Rua São Nicolau 210 5º Andar - Bairro Centro - Diadema - SP CEP 09913-030 - <http://www.unifesp.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DIADEMA

ESTUDOS PRELIMINARES nº 3375367/2026/DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DIADEMA

Diadema, 11 de maio de 2026.

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. **Informações Básicas**

1.1. Número do processo: 23089.017112/2025-39.

2. **Descrição da necessidade:**

2.1. A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – Campus Diadema, para consecução de suas atividades contínuas, cuja interrupção pode prejudicar o fluxo dos trabalhos executados no âmbito da UNIFESP em Diadema que necessita dos serviços auxiliares, em caráter continuado, de limpeza e higiene de suas dependências, sejam nos ambientes universitário, laboratoriais e administrativos, situação que exige a realização de licitação para a referida contratação de prestação indireta, uma vez que não há no quadro permanente da Instituição os referidos cargos, este é um serviço considerado "auxiliar" de acordo com o parágrafo 1º no artigo 3º do Decreto nº 9507/18.

2.2. Os serviços a serem executados serão os de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra para todas as unidades que compõem o Campus Diadema da Universidade Federal de São Paulo.

3. **Área requisitante:**

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Administrativa	André Aparecido Ramos

4. **Descrição dos Requisitos da Contratação:**

4.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.2. Nas condições usuais serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, de acordo com os parâmetros com base na IN 05/2017 e na produtividade observada no estudo realizado. seguindo as rotinas e cronogramas dispostos no Termo de Referência.

4.3. Considerando a natureza dos serviços pretendidos, estes visam a atender às necessidades de forma permanente por mais de um exercício financeiro, com vistas a assegurar a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional. Em vista disso, tais serviços devem ser enquadrados como de natureza contínua.

4.4. Em relação às boas práticas de sustentabilidade, a escolha dos materiais a serem utilizados na prestação dos serviços pela contratada deve ser aquela cujos produtos causem menor impacto ambiental, evitando a exposição de empregados, servidores e alunos a partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde e o meio ambiente.

4.5. A presente contratação terá duração inicial de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Na presente contratação não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

4.7. O enquadramento, características e atividades das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

AUXILIAR DE LIMPEZA - CBO 5143-20;
LIMPADOR DE VIDROS - CBO 5143-05;
ENCARREGADO DE LIMPEZA - CBO 4101-05;
AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO - CBO 2543-10.

4.8. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. **Levantamento de Mercado:**

5.1. Devido às características do órgão e suas necessidades não existe qualquer outra opção de contratação viável passível de substituir o serviço de limpeza, sendo, Auxiliar de Limpeza – CBO 5143-20; Agente de Higienização – CBO 2543-10, Limpador de Vidros – CBO 5143-05, Encarregado de Limpeza – CBO 4101-05.

6. **Descrição da solução como um todo:**

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a prestação do serviço de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra para os edifícios do Campus Diadema da Universidade Federal de São Paulo a fim de manter os ambientes em condições de trabalho salubre a todos, uma vez que os serviços são essenciais para o desempenho regular das atividades praticadas no ambiente acadêmico.

6.2. Essa preocupação potencializa-se em virtude do dever que recai sobre o gestor ou administrador público de zelar pelo erário e de possibilitar um mínimo de bem-estar no exercício das atividades acadêmicas e administrativas onde contamos com diversos laboratórios, sendo de pesquisa ou didáticos, salas de aula, salas administrativas, salas de informática, anfiteatros, biblioteca, refeitórios, áreas abertas externas e terrenos, que necessitam zelo e cuidado. Portanto, a solução técnica ora indicada é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados.

6.3. De acordo com o art. 2º da Lei 9.632 de 07 de maio de 1998, Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018 e Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, justifica-se a contratação indireta desses serviços.

6.4. Considerando que se trata de serviço essencial e sua interrupção pode comprometer a saúde de pessoas e a higienização das instalações físicas da unidade, implicando em sérios transtornos e comprometendo o funcionamento regular das unidades, torna-se imprescindível à contratação de empresa para a execução dos serviços.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas:

a) Os itens serão divididos como segue abaixo, sendo possível a necessidade de aumento de metragem no decorrer do processo:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE ANUAL
1	1	ÁREA INTERNA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	27782	m²	18870	226440
	2	ÁREA INTERNA - LABORATÓRIO COM INSALUBRIDADE CLASSIFICADO NB2 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	27782	m²	487	5844
	3	ÁREA EXTERNA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	24040	m²	23825	285900
	4	ESQUADRIAS INTERNAS E EXTERNAS - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	24112	m²	7883	94596
	5	BANHEIROS - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	24090	m²	1039	12468

7.1. A metodologia utilizada para a estimativa de quantitativos está detalhada na planilha de metragens constantes no Documento SEI: 3310264 conforme contratações anteriores.

7.2. Justificativa para agrupamento dos itens:

a) Eficiência operacional

Os serviços são interdependentes (mão de obra, materiais, equipamentos e insumos), sendo mais eficiente que uma única empresa gerencie todas as atividades, evitando sobreposição de responsabilidades e falhas na execução.

b) Padronização da execução

Permite uniformidade nos procedimentos, técnicas, qualidade dos materiais e resultados esperados, o que é essencial em serviços contínuos.

c) Facilidade na gestão e fiscalização contratual

Reduz a complexidade administrativa, pois evita múltiplos contratos e diferentes cronogramas, facilitando o controle e a fiscalização.

d) Redução de riscos operacionais

Minimiza conflitos entre fornecedores distintos, especialmente quanto à responsabilidade por falhas, atrasos ou problemas na prestação dos serviços.

e) Economicidade

A contratação conjunta pode gerar ganhos de escala, possibilitando propostas mais vantajosas para a Administração, considerando o volume global do objeto.

8. Estimativa do Valor da Contratação:

8.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 3.043.857,84 (três milhões, quarenta e três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução:

9.1. O serviço não pode ser parcelado, pois haverá perda de escalas e torna inviável a padronização do trabalho, o parcelamento do objeto específico não torna o pregão mais competitivo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes:

10.1. Não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto em evidência da contratação em referência.

11. **Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento:**

11.1. A realização desses serviços está de acordo com o Planejamento Estratégico da UNIFESP, notadamente no que se refere aos serviços de limpeza, asseio e conservação predial dos Campi da UNIFESP.

11.2. Os serviços ora demandados estão registrados no PGC 2026.

12. **Resultados Pretendidos:**

12.1. Atendimento ao Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018.

12.2. Garantir a limpeza e o asseio das instalações e bens da UNIFESP - Campus Diadema.

12.3. O principal benefício da contratação pretendida será permitir a continuidade da prestação dos serviços essenciais ao campus Diadema no que se refere à limpeza, asseio e conservação, garantindo um ambiente limpo e conservado.

13. **Providências a serem Adotadas:**

13.1. Foi constituído grupo de planejamento de contratação para planejar todas as providências necessárias.

13.2. Por se tratar de serviço já implementado no campus não existe qualquer providência especial.

14. **Possíveis Impactos Ambientais:**

14.1. Poderá haver impacto ambiental caso os serviços a serem licitados não sejam realizados, ou sejam realizados de forma inadequada, através de mão de obra não habilitada e capacitada.

14.2. Os impactos ambientais possíveis são: desperdício de água e energia elétrica se não utilizados de forma racional, destinação incorreta dos resíduos orgânicos e recicláveis, disposição incorreta dos sacos de resíduos, utilização de produtos domissanitários que causem poluição ao meio ambiente, descarte incorreto dos rejeitos líquidos com produtos de limpeza no solo, poluição sonora pela utilização de equipamentos que não atendam a legislação vigente, uso incorreto dos contêineres de armazenamento de resíduos.

15. **Declaração de Viabilidade:**

15.1. Tendo em vista a necessidade premente de limpeza e conservação das unidades do Campus Diadema e não termos mais em quadros funcionais os cargos para desempenharem tal função, declaramos:

a) Viável a contratação pelo fato do serviço ser de natureza continuada e está sendo prestado no órgão.

15.2. **Justificativa (da viabilidade)**

15.2.1. A equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES.

16. **Responsáveis**

Membros da equipe de planejamento:

Área	Servidor
Divisão de Serviços - Vice Coordenador	Americo Bonotti Neto
Divisão de Serviços - Coordenador	Maria Medina
Divisão de Materiais	Marcia Nascimento Lima
Divisão de Contratos	Adriana Carneiro de Aguiar

Aprovo o Estudo Técnico Preliminar

André Aparecido Ramos

Autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por **Maria Jose Medina, Assistente em Administração**, em 09/06/2026, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Americo Bonotti Neto, Assistente em Administração**, em 09/06/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Carneiro de Aguiar, Assistente em Administração**, em 09/06/2026, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Nascimento Lima, Administrador(a)**, em 09/06/2026, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Aparecido Ramos, Diretor(a) de Departamento**, em 10/06/2026, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3375367** e o código CRC **1663E04E**.

Rua São Nicolau 210 5º Andar - Bairro Centro - Diadema - SP CEP 09913-030 - <http://www.unifesp.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DIADEMA

Licitação- Termo de Referência- Serviços nº 3375376/2026/DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DIADEMA

Diadema, 11 de maio de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

UNIFESP - campus Diadema

Processo nº 23089.017112/2025-39

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento mão de obra especializada, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e demais insumos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	1	ÁREA INTERNA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	27782	m²	18870	226440	R\$ 7,72	R\$ 145.676,40	R\$ 1.748.116,80
	2	ÁREA INTERNA - LABORATÓRIO COM INSALUBRIDADE CLASSIFICADO NB2 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	27782	m²	487	5844	R\$ 12,34	R\$ 6.009,58	R\$ 72.114,96
	3	ÁREA EXTERNA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	24040	m²	23825	285900	R\$ 1,18	R\$ 28.113,50	R\$ 337.362,00
	4	ESQUADRIAS INTERNAS E EXTERNAS - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	24112	m²	7883	94596	R\$ 0,38	R\$ 2.995,54	R\$ 35.946,48
	5	BANHEIROS - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	24090	m²	1039	12468	R\$ 68,20	R\$ 70.859,80	R\$ 850.317,60

1.1.1 Contratação Inicial estimada

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	1	ÁREA INTERNA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	27782	m²	17656	211872	R\$ 7,72	R\$ 136.304,32	R\$ 1.635.651,84
	2	ÁREA INTERNA - LABORATÓRIO COM INSALUBRIDADE CLASSIFICADO NB2 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	27782	m²	487	5844	R\$ 12,34	R\$ 6.009,58	R\$ 72.114,96
	3	ÁREA EXTERNA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	24040	m²	22590	271080	R\$ 1,18	R\$ 26.656,20	R\$ 319.874,40
	4	ESQUADRIAS INTERNAS E EXTERNAS - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	24112	m²	7784	93408	R\$ 0,38	R\$ 2.957,92	R\$ 35.495,04
	5	BANHEIROS - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	24090	m²	954	11448	R\$ 68,20	R\$ 65.062,80	R\$ 780.753,60

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

- 1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que está disposto na Portaria Reitoria n. 832/2025, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados do(a) 21/08/2026, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento seguir:
- I - ID PCA no PNCP: 60453032000174-0-000001/2026;
 - II - Data de publicação no PNCP: 06/05/2025;
 - III - Id do item no PCA: 4, 5, 6, 7;
 - IV - Classe/Grupo: 853;
 - V - Identificador da Futura Contratação: 153031-222/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.2. Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:
- 4.2.1. Realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.
 - 4.2.2. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.
 - 4.2.3. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - 4.2.4. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - 4.2.5. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - 4.2.6. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - 4.2.7. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - 4.2.8. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - 4.2.9. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
 - 4.2.10. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
 - 4.2.11. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - 4.2.12. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - 4.2.13. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - 4.2.14. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - a) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - b) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - c) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

4.3. USO RACIONAL DA ÁGUA

- 4.3.1. A Contratada deverá capacitar parte do seu pessoal quanto ao uso racional da água.
- 4.3.2. Os conceitos deverão ser repassados para equipe por meio de multiplicadores.
- 4.3.3. A Contratada deverá adotar medidas para se evitar o desperdício de água tratada.
- 4.3.4. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da Contratada, esperadas com essas medidas. Como exemplo: sempre que possível usar a vassoura, e não a mangueira, para limpar áreas externas. Se houver uma sujeira localizada, usar a técnica do pano umedecido.
- 4.3.5. Sempre que adequado e necessário, a Contratada deverá utilizar-se de equipamento de limpeza com jatos de vapor de água saturada sob pressão. Trata-se de alternativa de inovação tecnológica cuja utilização será precedida de avaliação pelo Contratante das vantagens e desvantagens. Em caso de utilização de lavadoras, sempre adotar as de pressão com vazão máxima de 360 (trezentos e sessenta) litros/hora.

4.3.6. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água.

4.4. USO RACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

4.4.1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

4.4.2. Durante a limpeza noturna, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas.

4.4.3. Comunicar ao Contratante sobre equipamentos com mal funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mal funcionamento de instalações energizadas.

4.4.4. Sugerir ao Contratante, locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias etc.

4.4.5. Ao remover o pó de cortinas ou persianas, verificar se estas não se encontram impedindo a saída do ar-condicionado ou de aparelho equivalente.

4.4.6. Verificar se existem vazamentos de vapor ou de ar nos equipamentos de limpeza, sistema de proteção elétrica, bem como as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em aspiradores de pó, enceradeiras, etc.

4.4.7. Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas em seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes dos aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

4.4.8. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pelo Contratante.

4.4.9. Utilizar, sempre que possível, equipamentos com selo de eficiência energética PROCEL.

4.5. REDUÇÃO NA GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

4.5.1. Destinar embalagens de produtos de limpeza e higiene pessoal, óleo de cozinha, frascos de aerossóis, pilhas e baterias em pontos de coleta credenciados e inseridos em programas de responsabilidade pós-consumo do setor responsável, devendo apresentar documentos comprobatórios, a fim de certificar o contratante do cumprimento do disposto sobre logística reversa pelas Leis Estadual (Lei 12.300/2006) e Federal (12.305/2010) de Resíduos Sólidos, e seus respectivos decretos regulamentadores, bem como na Resolução SMA nº38/2011.

4.5.2. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que esses constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Essa obrigação atende à Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, bem como à Instrução Normativa do IBAMA nº 01, de 18 de março de 2010.

4.5.3. No Campus Diadema está implantado o Programa de Coleta Seletiva, assim a Contratada deve colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes identificados e disponibilizados pelo Contratante.

4.5.4. No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá observar as seguintes regras:

a) MATERIAIS NÃO RECICLÁVEIS: Materiais para os quais ainda não são aplicadas técnicas de reaproveitamento, os quais são denominados REJEITOS, tais como: lixo de banheiro; papel higiênico; lenço de papel e outros como: cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares; trapos e roupas sujas; bituca de cigarro; cinza e ciscos (que deverão ser segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada); acrílico; lâmpadas fluorescentes (acondicionadas em separado); papéis plastificados, metalizados ou parafinados; papel carbono e fotografias; fitas e etiquetas adesivas; copos descartáveis de papel; espelhos, vidros planos, cristais; pilhas (acondicionadas em separado e enviadas para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias).

b) MATERIAIS RECICLÁVEIS: Os coletores para os materiais secos recicláveis estão identificados através de cartazes ou no próprio recipiente coletor. Além destes resíduos, o programa de coleta seletiva prevê a separação dos papéis. Estes resíduos recicláveis devem ser embalados em sacos plásticos de cor azul ou verde e acondicionados em locais indicados pela Contratante para posterior coleta. Os papéis devem ser acondicionados separadamente para não perder o valor agregado.

4.5.5. Deverá ser realizado o controle dos resíduos comuns e recicláveis gerados no Campus Diadema através de pesagens dos resíduos antes da sua disposição para a coleta externa.

4.5.6. A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar balanças digital com capacidade de até 150 kg para a pesagem dos sacos de resíduos em todas as Unidades do Campus Diadema.

4.5.7. Quando implantadas pelo Contratante operações de compostagem/ fabricação de adubo orgânico, a Contratada deverá separar os resíduos orgânicos da varrição de parques (folhas, gravetos etc.) e encaminhá-los posteriormente para as referidas operações, de modo a evitar sua disposição em aterro sanitário.

4.5.8. Fornecer sacos de lixo compatível aos resíduos gerados, nos tamanhos e gramatura adequados à sua utilização, com vistas à otimização em seu uso, bem como, a redução da destinação de resíduos sólidos;

4.5.9. Otimizar a utilização dos sacos de lixo, cujo fornecimento é de sua responsabilidade, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos.

4.6. SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

4.6.1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

4.6.2. Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, livre de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio;

4.6.3. Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas;

4.6.4. Só será admitida a oferta de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.

4.6.5. Só será admitida a oferta de detergente em pó previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.), Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências), RDC ANVISA nº 40, de 2008 (Aprova o Regulamento Técnico para Produtos de Limpeza e Afins harmonizado no âmbito do Mercosul através da Resolução GMC nº 47/07.) e RDC ANVISA nº 59, DE 2010, (Dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes e dá outras providências.)

4.6.6. Por se tratar de produto cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, somente será aceita a oferta de produto, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata."

4.6.7. Não utilizar na manipulação, sob nenhuma hipótese, os corantes relacionados no Anexo I da Portaria nº 09/MS/SNVS de 10 de abril de 1987, visto que a relação risco x benefício pertinente aos corantes relacionados no Anexo I é francamente desfavorável à sua utilização em produtos de uso rotineiro por seres humanos.

4.6.8. Fornecer saneantes domissanitários devidamente registrados no órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde (conforme Decreto nº 8.077, de 2013, que regulamenta a Lei Federal nº 6.360 de 23 de setembro de 1976).

4.6.9. Fica proibida a aplicação de saneantes domissanitários fortemente alcalinos apresentados sob a forma de líquido premido (aerossol), ou líquido para pulverização, tais como produtos para limpeza de fornos e desincrustação de gorduras.

4.6.10. Observar a rotulagem quanto aos produtos desinfetantes domissanitários, conforme Resolução RDC nº 34, de 16 de agosto de 2010, e os anexos 4 e 5 da Portaria 321/MS/SNVS, de 08 de agosto de 1997.

4.6.11. Em face da necessidade de ser preservada a qualidade dos recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde, somente aplicar saneantes domissanitários cujas substâncias tensoativas aniônicas, utilizadas em sua composição sejam biodegradáveis, conforme disposições da Resolução RDC nº 180, de 03 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento Técnico sobre Biodegradabilidade dos Tensoativos Aniônicos para Produtos Saneantes Domissanitários.

4.6.12. Considera-se biodegradável a substância tensoativa susceptível de decomposição e biodegradação por microorganismos, com grau de biodegradabilidade mínimo de 90%. Para essa finalidade específica, fica definido como referência de biodegradabilidade o n-dodecilbenzeno sulfonato de sódio. A verificação da biodegradabilidade será realizada pela análise da substância tensoativa aniônica utilizada na formulação do saneante ou no produto acabado.

4.6.13. O Contratante poderá coletar uma vez por mês, e sempre que entender necessário, amostras de saneantes domissanitários, que deverão ser devidamente acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, para análises laboratoriais.

4.6.14. Os laudos laboratoriais deverão ser elaborados por laboratórios habilitados pela Secretaria de Vigilância Sanitária. Deverão constar obrigatoriamente do laudo laboratorial, além do resultado dos ensaios de biodegradabilidade, os resultados da análise química da amostra analisada.

4.6.15. Quando da aplicação de álcool, deverá se observar a Resolução RDC nº 46, de 20 de fevereiro de 2002, que aprova o Regulamento Técnico para o álcool etílico hidratado em todas as graduações e álcool etílico anidro.

4.6.16. Fica proibida a aplicação de produtos que contenham benzeno em sua composição, conforme Resolução RDC nº 252, de 16 de setembro de 2003, em face da necessidade de serem adotados procedimentos para reduzir a exposição da população frente aos riscos avaliados pela IARC - International Agency Research on Cancer, agência de pesquisa referenciada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, para analisar compostos suspeitos de causarem câncer. Uma vez que a substância foi categorizada como cancerígena para humanos, a necessidade de resguardar a saúde humana e o meio ambiente e considerando os riscos de exposição, a tornam incompatível com as precauções recomendadas pela Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, pelo Decreto Federal nº 8077 de 2013 e pela Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

4.6.17. Fica proibida a aplicação de saneantes domissanitários que apresentem associação de inseticidas a ceras para assoalhos, impermeabilizantes, polidores e outros produtos de limpeza, nos termos da Resolução Normativa CNS nº 01, de 04 de abril de 1979.

4.6.18. Os produtos químicos relacionados pela Contratada, de acordo com sua composição, fabricante e utilização, deverão ter registro no Ministério da Saúde e serem comprovados mediante apresentação de cópia reprográfica autenticada (frente e verso) do Certificado de Registro expedido pela Divisão de Produtos (DIPROD) e/ou Divisão de Produtos Saneantes Domissanitários (DISAD), da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

4.6.19. Apresentar ao Contratante, sempre que solicitado, a composição química dos produtos, para análise e precauções com possíveis intercorrências que possam surgir com empregados da Contratada, ou com terceiros.

4.7. **POLUIÇÃO SONORA**

4.7.1. Para seus equipamentos de limpeza que gerem ruído em seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel - dB (A), conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

4.8. **DIRETRIZES DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

4.8.1. Ficam aqui estabelecidas as diretrizes de Saúde e Segurança do trabalho a serem cumpridas pela empresa contratada, visando à prevenção de incidente/acidente, exposições/doenças ocupacionais.

4.8.2. A contratada será avaliada não só pela qualidade do seu serviço, mas também por sua atuação em SAÚDE e SEGURANÇA DO TRABALHO conforme a Legislação aplicável das presentes NR - Normas Regulamentadoras - Lei nº 6.514, de 22 de Dezembro de 1977; Portaria MT nº 3.214/1978.

4.8.3. As presentes normas são parte integrante do Contrato ou Proposta firmada com a Contratante, sendo que a assinatura de tais documentos implica leitura e aceitação integral das presentes normas.

4.8.4. Todos os funcionários da Empresa Contratada receberão um treinamento de prevenção de acidente de trabalho antes do início do trabalho, a ser ministrado pela Contratada. Dependendo do tipo do serviço a ser executado, treinamentos adicionais poderão ser requeridos a critério da UNIFESP/Diadema.

4.8.5. Em situações cujo serviço for considerado crítico, deverá ser avaliado entre a Contratada e o responsável da UNIFESP/Diadema.

4.8.6. A Contratada obriga-se a cumprir integralmente a Portaria nº 3.214/1978 do MTE e suas alterações subsequentes, bem como, o que preceitua as presentes instruções e todos os regulamentos relativos à Segurança vigente na UNIFESP.

4.8.7. A Licitante deverá ter um Técnico de Segurança do Trabalho responsável pela orientação na prevenção de incidente/acidente do trabalho.

4.8.8. A Licitante fornecerá gratuitamente aos seus empregados, conforme a NR-6 da Portaria 3214/78 do MTE, os EPIs designados como de sua responsabilidade, bem como, treinamento inicial e atualizações.

4.8.9. A Licitante deverá manter listagem atualizada dos EPIs utilizados, bem como o registro de recebimento assinado por cada funcionário para cada item recebido.

4.8.10. Não será admitido o uso de EPI danificado, contaminado ou com qualquer outra condição proibitiva.

4.8.11. Os EPIs a serem utilizados pelos funcionários deverão ser determinados pelo dimensionamento de EPIs do PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos ou Ordem de Serviço da atividade a ser executada.

4.8.12. A Contratada deverá elaborar e implantar o PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional conforme disposto na NR-7 da Portaria 3.214/78 do MTE e disponibilizar cópia à UNIFESP/Diadema.

4.8.13. Todos empregados a serviço da Licitante deverão possuir Atestado de Saúde Ocupacional dentro do prazo de validade.

4.8.14. Visando a proteção de todos os seus trabalhadores expostos a riscos ambientais, a Contratada deverá elaborar um PGR, que reúne diretrizes para identificar, avaliar e controlar riscos ocupacionais incluindo riscos psicossociais, específico para onde venha a executar atividades, conforme estabelece a NR-1, e disponibilizar cópia à UNIFESP/Diadema. A apresentação do PGR, pela Licitante Vencedora, deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias após assinatura do contrato;

4.8.15. Estará sujeita à Multa a ser paga pela contratada se por motivo de inspeção da fiscalização for flagrado pela UNIFESP/Diadema, funcionários da contratada prestando serviço na UNIFESP/Diadema sem os EPIs – Equipamento de Proteção Individual ou EPCs – Equipamento de Proteção Coletivo.

4.8.16. A UNIFESP reserva o direito de rejeitar o uso de qualquer produto químico em suas dependências que possa causar acidente com risco à saúde dos servidores da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP.

4.8.17. ATR - Autorização para Trabalho de Risco: É obrigatória a emissão de ATR antes do início de cada serviço para as atividades que envolvam Trabalho em Altura/ área envidraçada (acima de 2m);

4.8.18. Os trabalhos em altura só poderão ser executados por profissionais que foram habilitados através do curso de NR 35;

4.8.19. Na eventualidade de um ACIDENTE DO TRABALHO a Contratada deve relatar por escrito em até 24 horas do ocorrido a UNIFESP/Diadema, bem como emitir CAT até o primeiro dia útil após o acidente, encaminhando à UNIFESP/Diadema.

4.8.20. A Licitante deverá realizar a investigação do acidente no prazo máximo de 10 dias após a ocorrência com a participação do Setor de Segurança do Trabalho da UNIFESP.

4.8.21. As Ações Corretivas definidas nas investigações serão acompanhadas, constando um plano de ação (ação a ser executada, data resolução, responsável e situação atual).

4.8.22. O acidentado deverá ser atendido no pronto socorro mais próximo ou em outro estabelecimento (HOSPITAL) conveniado pela licitante, sempre acompanhado do Preposto da Contratada.

4.8.23. Dependendo da lesão, se houver necessidade de remoção para serviços especializados, os custos serão cobertos pela Licitante. O transporte do acidentado deverá ser feito por veículo (ambulância ou atendimento de emergência – Corpo de Bombeiros) credenciado com profissionais habilitados e treinados para este tipo de atendimento com o acompanhamento da licitante.

4.9. REQUISITOS DE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE.

4.9.1. É proibida a queima de qualquer tipo de resíduo ou material.

4.9.2. É proibido descartar qualquer resíduo líquido, perigoso ou não, nas redes de esgoto ou águas pluviais.

4.9.3. Nenhum resíduo perigoso ou não, poderá ser descartado sobre ou sob o solo.

4.9.4. Na eventualidade de causar qualquer impacto ambiental não previsto durante a execução do serviço, a Licitante deverá comunicar imediatamente à UNIFESP/Diadema para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

4.9.5. O Setor de Segurança do Trabalho, através de seus Técnicos, Engenheiros e Médicos de Segurança do Trabalho em visita de inspeção nas dependências onde a Contratada esteja prestando serviço dentro da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO/Campus Diadema terão o poder de decisão e autoridade para instruir e corrigir os empregados da Contratada, podendo paralisar serviços em condições de risco grave e iminente ou situações que não estejam em conformidade com a legislação vigente.

4.9.6. A Contratada também tem a responsabilidade de verificar que os seus funcionários estejam trabalhando com comportamento seguro, incluindo, mas não se limitando à utilização de EPI.

4.9.7. Dar destinação correta aos resíduos orgânicos, comuns e recicláveis resultantes da limpeza dos ambientes, conforme já elencado neste Termo.

4.9.8. Resíduos de óleo de cozinha devem ser destinados de forma ambientalmente correta, sendo acondicionados para serem coletados por programas de coleta específica.

4.9.9. Jornais, revistas e papéis em geral devem ter a destinação para os recicláveis conforme já elencado neste Termo.

4.9.10. Proceder à lavagem e desinfecção dos contêineres ou similares e da área reservada aos expurgos.

4.9.11. Quando houver ocorrências, o encarregado deverá informar ao fiscal técnico.

4.9.12. Exemplos de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas:

- a) Vazamentos na torneira ou no sifão de lavatórios e chuveiros;
- b) Saboneteiras e toalheiros quebrados;
- c) Lâmpadas queimadas ou piscando;
- d) Tomadas e espelhos soltos;
- e) Fios desencapados;
- f) Janelas, fechaduras ou vidros quebrados;
- g) Piso tátil solto, entre outras.

4.10. COLETA E TRANSPORTE INTERNO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, INFECTANTES E MATERIAIS/ PRODUTOS DE LIMPEZA

4.10.1. A coleta interna consiste no recolhimento dos resíduos sólidos gerados pelas unidades/imóveis. O transporte consiste no encaminhamento dos resíduos, por meio de carros coletores ou outro meio apropriado, até o local de armazenamento final - abrigo externo ou coletores externos.

4.10.2. Deverá ser determinada a rotina, horário e frequência de coleta interna para cada unidade/imóveis.

4.10.3. Deverá ser utilizado um carro coletor exclusivo para transporte interno de resíduos potencialmente infectantes (Grupo A, conforme ANVISA RDC 222/2018 e Resolução CONAMA 358/2005), devidamente identificado (ABNT NBR 7500/2020). Os resíduos potencialmente infectantes devem ser encaminhados pela Contratada até os locais de armazenamento indicados pela Contratante.

4.10.4. Deverá ser utilizado carro coletor exclusivo para transporte interno de resíduos comuns (Grupo D, conforme ANVISA RDC 222/2018 e Resolução CONAMA 358/2005), de acordo com a especificidade dos imóveis relacionados neste Termo de Referência. Os resíduos comuns devem ser encaminhados pela Contratada até os locais de armazenamento indicados pela Contratante.

4.10.5. O transporte interno de materiais e produtos de limpeza deverá ser realizado através de carrinho para transporte apropriado fornecido pela empresa Contratada.

4.10.6. Os carros coletores de resíduos deverão seguir as especificações da ANVISA RDC 222/2018 e da ABNT NBR 12810/2020, sendo fornecidos pela empresa Contratada que deve ser atentar pelas cores definidas pela Contratante.

4.10.7. Coletores verdes para resíduos recicláveis e coletores pretos para resíduos não recicláveis.

4.10.8. O encaminhamento dos resíduos até os locais de armazenamento externo será de responsabilidade da Contratada, devendo a coleta ser efetuada conforme geração diária de resíduos pela Contratante.

4.10.9. Limpar após a coleta externa, os abrigos e/ou os locais de armazenamento final, de resíduos potencialmente infectantes e comuns, indicados pela Contratante.

4.10.10. O transporte interno dos resíduos sólidos deve ser realizado em horários que não interfira nas atividades das Unidades.

4.10.11. O encaminhamento dos resíduos sólidos ao local de coleta externa deverá ser realizado em horários compatíveis com a empresa que promove a coleta final e o transporte externo dos resíduos, podendo ser coleta municipal ou contratada pelo Campus Diadema.

4.10.12. Para a realização da coleta interna dos resíduos deverão ser utilizados equipamentos de proteção individual como: luvas, máscaras, toucas e sapatos de segurança.

4.10.13. Semanalmente deverá ser procedida à lavagem dos recipientes utilizados para recolhimento e transporte dos resíduos.

4.10.14. A empresa deverá disponibilizar containers/recipientes com capacidade volumétrica de 120 e/ou 240 litros, para transporte interno e externo de resíduos sólidos, que devem ser constituídos de material rígido, lavável, impermeável, provido de tampa articulada ao próprio corpo do equipamento, cantos arredondados, providos de rodas resistentes e revestidas de material que reduza o ruído.

4.10.15. Os recipientes/containers com mais de 400L de capacidade devem possuir válvula de dreno no fundo.

Subcontratação

4.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor **total** da contratação.

4.13. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.13.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.13.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.13.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.13.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.13.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.14. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.15. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.17. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.17.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.18. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.18.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.18.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.18.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.19. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.19.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado da decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativa, que apure o montante devido.

4.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.23. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.23.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.23.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.24. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.24.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.24.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

- 4.25. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.25.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.25.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.25.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.26. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.27. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.28. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

- 4.29. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas.
- 4.30. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.31. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.31.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá agendar a visita através do e-mail servicos.diadema@unifesp.br com o título [VISTORIA LIMPEZA] AGENDAMENTO DE VISITA EDITAL Nº. XXXX;
- 4.32. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.33. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: 15 dias da assinatura do contrato.
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho. Conforme Anexo I e descrição abaixo.
- a) A distribuição dos horários dos funcionários deverá considerar o horário de funcionamento dos postos de trabalho e necessidades da prestação de serviços, respeitando-se a jornada de 40 horas semanais.
- b) Só serão computadas como integrante das 40 horas semanais, as horas efetivamente trabalhadas, não se levando em consideração o descanso semanal remunerado, feriados nacionais ou horários de descanso. Qualquer hora excedente deverá ser incluída no sistema de banco de horas.
- c) A Contratada deverá, por meio do seu preposto, realizar o correto controle de horário dos colaboradores e fiel cumprimento de suas atividades estabelecidas no contrato. Para melhor acompanhamento do cumprimento de horários, a empresa deverá fornecer sistema de ponto eletrônico, sendo que estes podem ser via hardware, software ou internet/intranet, não podendo se valer de infraestrutura interna da Contratante, exceto energia elétrica e conexão com a internet.
- d) A Contratada deverá fornecer treinamento aos colaboradores e enviar comprovante de realização de todos os colaboradores junto com a documentação trabalhista no mês seguinte ao início do contrato e sempre que um colaborador for admitido
- e) O preposto pode ser integrante direto da equipe de auxiliares, que tenha conhecimentos básicos em e-mails, word e excel.
- f) Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas as peculiaridades, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

5.1.3. PRODUTIVIDADE

5.1.3.1. Nas condições usuais serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, de acordo com os parâmetros com base na IN 05/2017 e na produtividade observada no estudo realizado seguindo as rotinas e cronogramas supracitados.

I - Áreas internas:

- a) Pisos acarpetados: 800 m² a 1200 m² ;
- b) Pisos frios: 800 m² a 1200 m² ;
- c) Laboratórios: 500 m² a 700 m² ;
- d) Almoxarifados/galpões: 1500 m² a 2500 m² ;
- e) Oficinas: 1200 m² a 1800 m² ;
- f) Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1000 m² a 1500 m²; e
- g) Banheiros: 100 m² a 150 m².

5.1.3.2. Os índices de produtividade informados na alínea g do item 6.1 foram reduzidos em relação aos valores da IN 05 de 26 de maio de 2017 devido a necessidade da manutenção do ambiente limpo e adequado para uso durante todo período de aulas, o que demanda, no mínimo, a utilização de 2 agentes de higienização (um em cada turno).

II - Áreas Externas:

- a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m² a 2700 m² ;
- b) Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m² a 9000 m²;
- c) Pátios: 1800 m² a 2700 m² ; e
- d) Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m² .

III - Esquadrias:

- a) Face externa com exposição a situação de risco: 130 m² a 160 m²;
- b) Face externa sem exposição a situação de risco: 400 m² a 500 m²; e
- c) Face interna: 400 m² a 500 m².

5.1.4. Os serviços deverão ser realizados nos imóveis do Campus Diadema da Universidade Federal de São Paulo. O número inicial de imóveis constantes no contrato pode sofrer acréscimos e/ou decréscimos segundo a conveniência e necessidade da Contratante.

5.1.5. Os funcionários serão alocados tendo como referência a área física a ser limpa, observando-se: a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada serviço e das condições do local, objeto da contratação.

5.1.6. O atendimento deverá ocorrer de segunda a sexta-feira das 6h00 às 22h00 e sábado das 6h00 às 12h00. O horário de trabalho poderá ser alterado a pedido da contratante, desde que observados os limites da jornada de trabalho previsto na legislação vigente, sendo necessário manter pelo menos 01 (uma) agente de higienização dentro deste Horário, por Unidade.

5.1.7. Poderá ser solicitado o trabalho aos domingos ou feriados, nestes casos a pessoa terá o direito ao descanso o dobro de horas para compensar o dia trabalhado. , caso a empresa prefira pode enviar um intermitente

5.1.8. Não é permitido que os empregados da Contratada realizem horas extras, em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista será considerado banco de horas.

5.1.9. Substituir, no prazo de DUAS horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal Técnico do Contrato.

5.1.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

5.1.11. A empresa deve elaborar sua proposta considerando o atendimento a toda a legislação trabalhista, por ser um ponto que sempre gera discussão posteriormente, inclusive o disposto na Súmula 448 do TST, abaixo transcrita, não cabendo reivindicações posteriores:

“Súmula nº 448 do TST”

ATIVIDADE INSALUBRE. CARACTERIZAÇÃO. PREVISÃO NA NORMA REGULAMENTADORA Nº 15 DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 3.214/78. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 4 da SBDI-1 com nova redação do item II) – Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014.

I - Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.

II – A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano.

5.1.12. Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Instituição.

5.1.13. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

5.1.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação.

5.1.15. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido através de ação comprovada de seus empregados.

5.1.16. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

5.1.17. Prestar esclarecimentos à Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP – Campus Diadema sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.

5.1.18. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros, indenizações, taxas e tributos pertinentes, de acordo com a Legislação Trabalhista e Acordo/Convenção Coletiva em vigência, bem como quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vitimados quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos Artigos 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784, de 28/11/67. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos não transfere a CONTRATANTE à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

5.1.19. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, fornecendo mensalmente, relatório contendo as faltas (justificadas ou não) e férias, bem como fornecer a relação nominal dos funcionários que os substituíram nesse período e dos novos funcionários, fichas de admissão, descontos relativos às faltas/férias que provocaram a não manutenção do número de funcionários contratados.

5.1.20. A Contratada deverá informar por escrito, à Contratante os colaboradores que substituirão os colaboradores em férias em até 5 (cinco) dias úteis que antecedem o início de gozo de férias., por meio de ofício digital para Divisão de Serviços com cópia para a Divisão de Contratos do Campus Diadema, através dos e-mails servicos.diadema@unifesp.br e contratos.diadema@unifesp.br .

5.1.21. A execução dos serviços será iniciada a partir da data definida em contrato, na forma que segue:

- a) O prazo para início da prestação de serviços será dia 21/08/2026.

5.1.22. Os procedimentos de limpeza a serem adotados deverão observar a prática da boa técnica e as normas estabelecidas pela legislação vigente, tais como:

5.1.23. Habilitar os profissionais de limpeza para o uso de equipamentos específicos destinados à limpeza das áreas;

5.1.24. A contratada deverá capacitar a mão de obra envolvida na execução dos serviços de limpeza no ambiente escolar, administrativo, laboratórios e manter comportamento compatível para a segurança do trabalho, prevenção de acidentes e com a correta manipulação dos produtos de limpeza.

5.1.25. Identificar e sinalizar corredores e áreas de grande circulação durante o processo de limpeza, dividindo a área em local de livre trânsito e local impedido;

5.1.26. Todos os procedimentos devem ser realizados com a utilização de luvas e EPI's;

5.1.27. As localidades para execução do objeto encontram-se na tabela 5.2, devendo ser exercidas em horário compatível com o funcionamento das unidades em horários em que não interfiram em suas atividades e serão determinadas pela contratante.

5.1.28. As rotinas de execução deverão seguir os seguintes critérios e poderão ser alteradas conforme atividades realizadas nos imóveis e de acordo com as especificações da Contratante.

5.1.29. A Contratada deverá habilitar os profissionais de limpeza para o uso de equipamentos específicos destinados à limpeza das áreas de laboratórios de pesquisa e graduação, almoxarifado de materiais diversos e de produtos químicos, abrigos ou locais de armazenamento final de resíduos químicos, biológicos, comum e reciclável, contemplando, no mínimo, as seguintes orientações:

5.1.30. Não utilizar anéis, pulseiras e demais adornos durante o desempenho das atividades de trabalho;

5.1.31. Durante a execução dos serviços os cabelos deverão permanecer presos.

5.1.32. A limpeza de áreas específicas classificadas como perigosos, almoxarifado de produtos químicos, abrigos de resíduos químicos e radioativos, deverão receber treinamentos específicos, limpeza e EPI's, por parte dos responsáveis pelas respectivas áreas da Contratante;

5.1.33. Verificar, quantificar e relatar ao Contratante a existência de:

- a) Vidros quebrados ou trincados;
- b) Lâmpadas queimadas; e
- c) Portas e ferragens danificadas.
- d) Verificar, separar e informar ao Contratante a ocorrência dos seguintes problemas no mobiliário tais como:
- e) Falta de ponteiros ou sapatas em mesas e cadeiras;
- f) Falta ou quebra de rodízios nas cadeiras;
- g) Bordas e revestimentos de mesas e cadeiras soltos e lascados;
- h) Tâmpas, assentos ou encostos soltos; e
- i) Partes metálicas pontiagudas ou cortantes.

5.1.34. Verificar e comunicar ao Contratante a ocorrência de vazamentos ou mal funcionamento de válvulas, torneiras e registros, entre outras ocorrências.

5.1.35. Os vazamentos devem ser comunicados à fiscalização com urgência para evitar o desperdício de água.

5.1.36. No desenvolvimento das atividades, não será permitido tocar/desligar os interruptores, equipamentos, materiais e insumos, sem prévia orientação do responsável do local.

5.1.37. Eventuais ocorrências acidentais nesse sentido devem ser comunicadas, ato contínuo, diretamente pelo empregado da CONTRATADA ao responsável do local.

5.1.38. Na limpeza e desinfecção de laboratórios, os desinfetantes utilizados deverão ser compatíveis com quaisquer atividades e culturas de micro-organismos que porventura sejam utilizadas, com consulta prévia ao responsável do laboratório.

5.1.39. Nunca realizar qualquer atividade de limpeza e higienização nas áreas interna do laboratório, isto em bancadas, pias, armários e chão, antes de receber orientações do responsável pelo laboratório e ou do fiscal do contrato.

5.1.40. A relação de atividades não é exaustiva, podendo ser acrescentadas novas rotinas de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, desde que não ultrapasse as especificidades dos serviços de limpeza e a área de abrangência definida.

5.1.41. A contratada é responsável pelo fornecimento de andaimes para a execução da limpeza de fachada, com trabalho em altura, de acordo com a NR35;

5.1.42. Executar os serviços sempre da forma mais silenciosa e harmoniosa possível, respeitando os horários de aula e de intervalos, bem como de atividades extraclasses, especialmente quando tratem-se de bibliotecas, salas de estudo e laboratórios, de modo que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da universidade, conforme estipulado pelo Contratante.

5.1.43. O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Acordos de Níveis de Serviços (ANS) que assegurem a qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando os seguintes indicadores:

- a) Ausência de sujidades e manchas nos pisos, tetos, paredes, móveis, persianas e cortinas, vidros, sanitários, lavatórios e chuveiros.
- b) Esvaziamento de lixeiras em 2/3 por turno, obedecendo às características adotadas para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos.
- c) Utilização de uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas.
- d) Ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço.
- e) Número de ocorrência necessária para a manutenção de equipamentos decorrente do mau funcionamento e/ou limpeza necessária para esses objetos (bens ou materiais)

5.1.44. Cronograma de realização dos serviços: O cronograma de limpeza e o horário de trabalho será definido junto ao fiscal de contrato e o preposto da Contratada, devendo ser ajustados conforme as aulas, palestras e eventos do cotidiano escolar.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Unidade	Endereço	Distância para a unidade mais próxima
Unidade José de Alencar – Prédio de Vidro	Rua São Nicolau, 210 – Centro – Diadema - SP	2 km (Prédio de Acesso)
Unidade José de Alencar – Complexo Didático/ Prédio de Acesso	Av. Conceição, nº 515/545 - Centro - Diadema - SP	1 km (Prédio de Vidro)
Unidade José de Filippi	Rua Prof. Artur Riedel, 275 - Eldorado - Diadema - SP	5,5 km (Prédio de Vidro)
Unidade Oficina de Manutenção	Rua Manoel da Nóbrega, 1535/1539 - Centro - Diadema - SP	2 km (Prédio de Vidro)

Unidade Silvio Donini	Rua Silvio Donini, 233/243 - Jd. Donini - Diadema - SP	1,2 Km (Prédio de Vidro)
-----------------------	--	---------------------------

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta das 6h00 às 22h00 e aos sábados das 6h00 às 12h00.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas descritas no anexo I Descritivo de Tarefas, doc. SEI 3275469.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Os materiais de limpeza para execução dos serviços, inclusive os de higiene e os saneantes domissanitários, deverão ser fornecidos mensalmente, até o quinto dia útil, sendo que a distribuição deverá ser realizada de acordo com a respectiva unidade.

5.4.2. Os quantitativos apresentados na tabela são calculados conforme histórico de conhecimento da CONTRATANTE, por isso se trata de mera estimativa de uso anual, não podendo a CONTRATADA alegar estes serem o limite de fornecimento. Havendo aumento ou redução de fornecimento e comprovado de determinado insumo, a CONTRATADA ou a CONTRATANTE, poderá requerer o reequilíbrio do contrato conforme preconiza a legislação vigente.

5.4.3. A primeira entrega de materiais deverá ser feita até 01 (um) dia útil, antes do início da execução dos serviços.

5.4.4. Os materiais de limpeza a serem utilizados na execução dos serviços deverão ser produtos que atendam às especificações descritas nesse documento, dentro do prazo de validade, de acordo com as normas vigentes de fabricação, segurança, higiene, possuam registro nos órgãos de controle, acondicionados em embalagens intactas, totalmente vedadas, sem partes amassadas, ou rasgadas.

5.4.5. Os materiais que não atenderem às exigências deste Termo de Referência no recebimento ou durante o uso deverão ser substituído sem até 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da notificação do fiscal do contrato.

5.4.6. Nas embalagens deverão constar as informações sobre a data de fabricação, prazo de validade, composição, procedência e registro do órgão competente.

5.4.7. Para que o contrato não reste inexequível em virtude de eventual impasse acerca da qualidade dos materiais aplicados para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá, quando inquirida quanto à qualidade, segurança ou eficácia de qualquer insumo fornecido, demonstrar o desempenho, qualidade e produtividade dos materiais em comparação com marcas tradicionais do mercado, através de laudo emitido por laboratório ou instituto idôneo, conforme Acórdão TCU nº 2.300/2007 – Plenário.

5.4.8. Para os fins deste item, será considerado idôneo qualquer laboratório credenciado pelo INMETRO para realização de análises comparativas de materiais.

5.4.9. Não serão aceitos materiais vencidos, com embalagens rasuradas e que não estejam em condições de uso.

5.4.10. É recomendado fortemente que sejam adquiridos produtos já prontos para o uso, sem a necessidade de diluição ou mistura.

5.4.11. Na hipótese de não atender à recomendação acima, a diluição e a mistura dos produtos não podem ser realizadas manualmente, nas dependências da contratante.

5.4.12. É recomendado fortemente que os produtos sejam biodegradáveis.

5.4.13. A empresa contratada deverá garantir a rastreabilidade dos saneantes, identificando as embalagens com lote, nome do produto, responsável pela preparação e data.

5.4.14. Vale lembrar que os produtos comprados devem, necessariamente, estar registrados na ANVISA.

5.4.15. Os produtos utilizados devem seguir, rigorosamente, as orientações do fabricante.

5.4.16. É de inteira responsabilidade da contratada treinar os funcionários para a adequada manipulação dos saneantes, inclusive no armazenamento, no transporte, nos processos de diluição e na utilização dos equipamentos de proteção individual.

5.4.17. A contratada deve-se atentar à Norma Regulamentadora N° 32 (e suas atualizações), que dispõe sobre a segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.

5.4.18. O descarte das embalagens e de outros resíduos domissanitário deve ser de responsabilidade da contratada e esta deverá, obrigatoriamente, fornecer certificado de destinação correta dos mencionados resíduos sempre que solicitado.

5.4.19. A contratada deverá utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Resolução RDC N° 35/2008 da ANVISA, RDC nº 321 de 28/11/2019 e respectivas atualizações, devendo os produtos ter registro no Ministério da Saúde quando isentos.

5.4.20. A contratada deverá distribuir materiais sempre respeitando o dispensador disponível no posto de trabalho (por exemplo, papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido para as mãos, álcool em gel 70%). Também, deverá manter estoque de materiais de higiene pessoal nas Unidades para um intervalo de no mínimo 15 dias.

5.4.21. Fica esclarecido que, para a execução dos serviços, a Administração não disponibilizará quaisquer materiais ou insumos, devendo estes custos serem incluídos nas Planilhas de Custos e Formação de Preços apresentados pelos licitantes.

5.4.22. Havendo necessidade, a atualização dos preços dos insumos utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice que porventura vier a substituí-lo.

5.4.23. Em atendimento ao princípio da economicidade, os materiais de consumo e os equipamentos/utensílios que serão utilizados na execução dos serviços, serão fornecidos diretamente pela CONTRATADA, fazendo parte da composição dos custos, o que resultará numa melhor aplicação dos recursos materiais e financeiros empregados.

5.4.24. Ao término da vigência contratual, havendo estoque de material de consumo remanescente, este pertencerá com a CONTRATANTE.

5.4.25. Caso o equipamento/produto/utensílio a ser ofertado e entregue pela contratada não atenda alguma(s) das características abaixo descritas e de forma a obtermos o melhor custo benefício para a Administração, poderão ser entregues especificações diferentes destas, desde que seja SUPERIOR ao solicitado.

5.4.26. Sempre que haja viabilidade e desde que haja similares no mercado, deverá ser dada preferência a equipamentos e/ou materiais com maior índice de eficiência energética;

5.4.27. Caso haja, a contratada deverá apresentar laudo técnico de laboratório credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO, como prova da boa qualidade do produto ofertado, para a aprovação do material, sem ônus adicional para UNIFESP.

5.4.28. Os materiais básicos empregados pela empresa deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

5.4.29. Preferencialmente os equipamentos deverão ter regulação de voltagem BIVOLT, em caso contrário, a voltagem padrão de cada unidade, onde 04 unidades a maioria das voltagens é 127V e na unidade denominada José Alencar/ Prédio de Acesso somente voltagem 220V.

5.4.30. A qualquer tempo, a UNIFESP poderá solicitar à empresa a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição, que será devidamente justificada, de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais;

5.4.31. A empresa deverá informar à UNIFESP Campus Diadema a ocorrência de indisponibilidade definitiva de qualquer equipamento ou peças colocadas na prestação de serviços, devendo substituí-lo em caráter permanente por outra igual ou superior, sem ônus para a UNIFESP Campus Diadema, caso se comprove que a indisponibilidade seja oriunda do uso inadequado do mesmo.

5.4.32. Os materiais e equipamentos adquiridos e/ou substituídos durante a vigência contratual, não serão incorporados e/ou integrados ao patrimônio da UNIFESP Campus Diadema quando finalizar o contrato, devendo a contratada realizar a retirada e substituição sempre que houver necessidade;

5.4.33. A CONTRATADA deverá empregar equipamentos de boa qualidade e compostos de todos os acessórios de trabalho e proteção individual, visando a um melhor desempenho e segurança na execução do serviço.

5.4.34. Os materiais e equipamentos de consumo dispensers de sabonete líquido/álcool em gel, papel toalha e papel higiênico deverão ser entregues pela CONTRATADA e serão instalados pela CONTRATANTE (Obs: ao final do contrato, os dispensers serão de propriedade da UNIFESP Campus Diadema).

5.4.35. Deverão ser fornecidos todo o material de consumo necessários à perfeita prestação dos serviços. Segue tabela exemplificativa MINIMA, sendo que os produtos relacionados são apenas indicativos e não exaustivos, cabendo ser adequada e dimensionada pela Contratada para a boa prestação dos serviços:

Item	Qtde mensal estimada	Unidade
Água Sanitária - água sanitária, composição química hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, teor cloro ativo varia de 2 a 2,50%, classe corrosivo classe 8, número risco 85, risco saúde 3, corrosividade 1, peso molecular cloro 74,50, densidade de 1,20 a 1 g/l, cor amarela esverdeada bastante fraca.	20	Galão de 5 lts
Álcool em Gel 70%	1	Galão de 5 lts
Álcool líquido 70%.	30	litro
Cabo p/ vassoura 1,5m	5	unidade
Cabo p/ vassoura 1,4m	5	unidade
Cabo p/ vassoura Alumínio 1,4m	5	unidade
Cera líquida incolor – Aparência líquida leitosa, cor branca, odor característico, pH: 8,5 - 9,5, peso específico: 1,025 - 1,030 g/cm3 viscosidade: 3,0 - 4,0 cps teor de ativos: 25,0 - 26,0 %. Acabamento de alto brilho e antiderrapante, aplicável em paviflex e similares, granilite, mármore, ardósia, etc. Registro no Ministério da Saúde: Produto dispensado de registro na ANVISA/MS Parecer técnico (CATS) 14/09/2001 - marca ON AN'ON ou similar.	10	Galão 5 lts
Desinfetante/Desodorizante de uso geral - Aroma Floral	20	Galão 5 lts
Desodorizador de ar essência lavanda/jasmim, apresentação aerossol, aplicação aromatizador ambiental.	10	-
Detergente líquido neutro, com glicerina - composição agente sequestrante, estabilizante, umectante, componente ativo tensoativo aniônico (dodecil benzeno sulfonato de aplicação lavagem talheres, louças, pisos, azulejos, aroma inodoro, característica adicional líquido viscoso, ph (100%): 6,7 a 7,0.	5	5l
Detergente líquido neutro, com glicerina - composição agente sequestrante, estabilizante, umectante, componente ativo tensoativo aniônico (dodecil benzeno sulfonato de aplicação lavagem talheres, louças, pisos, azulejos, aroma inodoro, característica adicional líquido viscoso, ph (100%): 6,7 a 7,0.	35	frasco 500ml.
Discos pretos 350mm para encerar	2	unidade
Discos verdes 350mm para lavagem	2	unidade
Escova de mão	2	unidade
Escova sanitária	2	unidade
Espanador Eletrostático	2	unidade
Espanja de lã de aço carbono de dimensões aproximadas: 7,5 x 16 x 17 cm.	2	pct
Espanja Dupla – Face multiuso Dimensões 11X7, 5 X 2,3 mm; Matéria Prima: Espuma de Poliuretano, Fibra Sintética com abrasivo.	30	unidade
Espanja macia 11X7, 5 X 2,3 mm; Matéria Prima: Espuma de Poliuretano, Fibra Sintética sem abrasivo.	5	unidade
Fibra de Limpeza verde e branca - Produto à base de fibras sintéticas, sem mineral abrasivo, produzido dentro de modernos padrões tecnológicos.	20	unidade
Flanela 38X58cm - Branca ou Amarela fibra maleável indicada para superfícies delicadas e pode ser usada também na limpeza de superfícies em inox, vidros, fórmicas, etc. Não provoca riscos às superfícies.	30	unidade
Flanela de microfibra para limpeza de telas em LED (flanela limpa seca). Ou kits específicos para limpeza destes equipamentos.	10	unidade
Inseticida Aerosol Multi Insetos 450ml	6	unidade
Lamina para Raspador de segurança ratinho para limpeza de vidros	3	caixa
Limpa Vidros	3	5l
Limpador multiuso	15	5l
Limpador multiuso	40	Frasco 500 ml
Lustra Móveis - Ceras, silicones, emulsificantes, espessante, conservante, solvente alifático, coadjuvante e água, fragrância lavanda (tipo Poliflor).	10	Frasco 200 ml
Luvas de látex natural	100	unidade
Pá de lixo de plástico cabo longo 80cm	3	unidade
Pano de limpeza para piso - material algodão XADREZ, comprimento mínimo de 60 cm, largura mínima de 40 cm, características adicionais chão, tipo saco.	35	unidade
Pano de limpeza para piso - material algodão cru, comprimento mínimo de 60 cm, largura mínima de 40 cm, características adicionais chão, tipo saco.	35	unidade
Papel higiênico, 100% fibras celulósicas naturais, folhas duplas de alta qualidade, 300m x 10 cm, picotado, branco, sem perfume e que ofereça maciez. Papel não reciclado e acompanhado de laudo de análise satisfatório quanto a alvura e microbiológico. Dermatologicamente testado, tipo Neve ou similar	60	Fardo c/ oito rolos
Papel toalha Interfolha 2 dobras produzido com 100% celulose virgem. 21x21 cm ou 23x21cm. Absorção superior. Produto com a certificação FSC®. (Certificado florestal).	75	Caixa com 5000fl
Raspador de segurança ratinho para limpeza de vidros 04cm	3	unidades
Refil Luva em microfibra para lavador de Vidros Resistente Limpeza	3	unidade

Refil Borracha para rodo especial para limpeza de vidros	2	unidade
Removedor de cera e impermeabilizantes para piso	8	Galão 5 lts
Rodo com 2(duas) borrachas de 40cm s/ cabo de madeira	5	unidade
Rodo com 2(duas) borrachas de 60cm s/ cabo de madeira	5	unidade
Rodo especial para limpeza de vidros (tipo Super Rodo Limpa Vidros Scotch Brite).25cm	2	unidade
Sabão em barra composição básica sabão glicerinado, tipo neutro, características adicionais 1ª qualidade.	4	Pacote c/ 5
Sabonete líquido, aspecto físico líquido cremoso perolado, cor verde claro, odor Erva Doce, acidez 6,5 a 7,5 Ph, teor ativos 10,5 a 11,5 Per, que contenha hidratantes, para dispenser.	40	800 ML
Sabonete líquido, aspecto físico líquido cremoso perolado, cor verde claro, odor Erva Doce, acidez 6,5 a 7,5 Ph, teor ativos 10,5 a 11,5 Per, que contenha hidratantes, para dispenser.	10	Galão 5 lts
Saco plástico para acondicionamento de resíduos comuns (Grupo D) - Preto; de 100 litros, de polietileno com gramatura de 0,07 para coleta de resíduos sólidos, com identificação individual do fabricante, do responsável técnico, da isenção do registro com a respectiva data de validade e do número do lote de fabricação de acordo com as normas específicas da ABNT - NBR 9195, NBR 9191 e NBR 7500 e suas atualizações, com as seguintes medidas: 75 x 105cm (embalados em pacotes com 100 unidades).	5	Pacotes (com 100 unidades) cada
Saco plástico para acondicionamento de resíduos potencialmente infectantes (Grupo A) - branco leitoso; de 100 litros, de polietileno com gramatura de 0,07 para coleta de resíduos sólidos, com impressão individual de símbolo de substância infectante (subclasse 6.2, conforme ABNT NBR 7500 e Resolução 5232 da ANTT e suas atualizações) em uma das faces do saco, estampada a aproximadamente 1/3 acima da base, na cor preta com fundo branco, com identificação individual do fabricante, do responsável técnico, da isenção do registro com a respectiva data de validade e do número do lote de fabricação de acordo com as ABNT NBR 9195, 9191 e 7500 e suas atualizações, com as seguintes medidas: 75 x 105cm (embalados em pacotes com 100 unidades).	2	Pacotes (com 100 unidades) cada
Saco plástico para acondicionamento de resíduos potencialmente infectantes (Grupo A) - branco leitoso; de 40 à 60 litros, de polietileno com gramatura de 0,07 para coleta de resíduos sólidos, com impressão individual de símbolo de substância infectante (subclasse 6.2, conforme ABNT NBR 7500 e Resolução 5232 da ANTT e suas atualizações) em uma das faces do saco, estampada a aproximadamente 1/3 acima da base, na cor preta com fundo branco, com identificação individual do fabricante, do responsável técnico, da isenção do registro com a respectiva data de validade e do número do lote de fabricação de acordo com as ABNT NBR 9195, 9191 e 7500 e suas atualizações, com as seguintes medidas: 75 x 105cm (embalados em pacotes com 100 unidades).	3	Pacotes (com 100 unidades) cada
Saco plástico para resíduos comuns (Grupo D), capacidade de 40 litros, na cor preta, confeccionado em polietileno de alta resistência com gramatura de 0,09, fabricado de acordo com a ABNT NBR 9191 e 9195 e suas atualizações, para acondicionamento exclusivo de resíduo, nas medidas mínimas 59 x 62cm (embalagem pacote com 100 unidades).	15	Pacotes (com 100 unidades) cada
Saco plástico para resíduos comuns (Grupo D), capacidade de 60 litros, na cor preta, confeccionado em polietileno de alta resistência com gramatura de 0,09, fabricado de acordo com a ABNT NBR 9191 e 9195 e suas atualizações, para acondicionamento exclusivo de resíduo (embalagem pacote com 100 unidades).	15	Pacote
Saco plástico para resíduos comuns (Grupo D), capacidade de 20	5	Pacote
Saco plástico para resíduos comuns (Grupo D), capacidade de 200	3	Pacote
Sapólio Líquido	10	Frasco 300ml
Suporte para LT com rosca Azul	2	unidade
Vaselina líquida	2	Litro
Vassoura Bruxinha (para limpeza de teto - retirar teia de aranha)	2	unidade
Vassoura tipo Nova s/ cabo	3	unidade
Vassoura piaçava s/ cabo	3	unidade

5.4.36. Deverão ser fornecidos todos os equipamentos e utensílios necessários à perfeita prestação dos serviços. Segue tabela exemplificativa MINIMA, sendo que os produtos relacionados são apenas indicativos e não exaustivos, cabendo ser adequada e dimensionada pela Contratada para a boa prestação dos serviços:

Item	Qtde total Estimada
Mop para Pó Profissional Completo 60cm	17
Balanças digitais com capacidade de até 150 kg para a pesagem de sacos com resíduos	2
Carro funcional completo com saco para 90Litros para tarefas de higiene e transporte de resíduos. Fabricado em polipropileno. Acompanha balde espremedor para duas águas; pá plástica para lixo; uma placa de sinalização de piso molhado trilingue; conjunto MOP pó de 60cm com cabo em alumínio; um conjunto MOP úmido de 320 g crú com cabo em alumínio	21
Containers para armazenamento temporário de resíduos sólidos de 400 ou 500L, na cor preta	6
Containers para armazenamento temporário de resíduos sólidos de 400 ou 500L, na cor verde.	6
Containers na cor preta, tipo carro transportador, para transporte interno de resíduos sólidos 120L com rodas	11
Enceradeira grande - Polidora	9
Enceradeira pequena - Lavar/Encerar	8
Escada de alumínio 4 degraus	8
Escada de alumínio 6 degraus	7
Extensor de Vassoura para limpeza	7
Extensões elétricas com carretel de 20 metros	8
Extensões elétricas com carretel de 50 metros	4
Mangueira 30 metros	6
Máquina de lava-jato/lavadora de alta-pressão(tipo WAP)	3
Placa de informação (Piso Molhado)	40
Dispenser papel higiênico podem ser fornecidos para rolos de 300 até 500m, com visor, trava e chave para rolo, com kit de fixação contendo buchas e parafusos. As opções pelas dimensões e tipo de material deve ser feita pela contratada de acordo com a demanda e o material fornecido pela mesma visando controle do fornecimento e economia de material fornecido.	200
Dispenser papel toalha, com acionamento manual, com chave e visor. As opções pelas dimensões e tipo de material deve ser feita pela contratada de acordo com a demanda e o material fornecido pela mesma visando controle do fornecimento e economia de material fornecido.	130
Dispenser para sabonete líquido . As opções pelas dimensões e tipo de material deve ser feita pela contratada de acordo com a demanda e o material fornecido pela mesma visando controle do fornecimento e economia de material fornecido.	120
Balde plástico	30

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. As Unidades têm seu horário de funcionamento das 07:00 às 23:30 horas *de segunda a sexta e aos sábados das 7:00 às 12:00*

5.5.2. A visita técnica é importante e foi proposta devido à distribuição das unidades e ambientes, os serviços serão realizados considerando os possíveis dificuldades no deslocamento dos prestadores de serviços.

5.5.3. A Administração se reserva no direito de alterar estes horários de funcionamento conforme a necessidade e demanda do local.

5.5.4. O horário de trabalho poderá ser alterado a pedido da Contratante, desde que observados os limites da jornada de trabalho previsto na legislação vigente.

5.5.5. Poderá haver redução ou adequação na frequência de limpeza e áreas durante os períodos de recesso e em casos de situação anormal provocada por desastres, pandemias ou outras causas, nesses casos o valor da nota será ajustado de acordo com o serviço efetivamente prestado, o valor a ser faturado será informado pela Administração;

5.5.6. Não há previsão de hora extra para os serviços objeto desta Contratação.

5.5.7. Deverá ser implantado em, no máximo, 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato, sistema de controle eletrônico de frequência.

5.5.8. Deverá ser disponibilizado para a Contratante o relatório com os registros realizados por quaisquer sistemas de frequência implantados.

5.5.9. Deverá disponibilizar armários guarda-roupas para os vestiários a serem utilizados por seus empregados.

5.5.10. Garantir o fornecimento de aparelho de telefonia móvel com chip que tenha capacidade para fazer e atender ligações, envio de mensagens de texto ou vídeo sem custo para o(a) encarregado(a) da empresa que possibilita um rápido contato e troca de informações entre as partes. Este chip de telefonia tem que ter capacidade e abrangência em toda a região do Campus Diadema evitando problemas e atrasos na comunicação entre o(a) encarregado(a), os colaboradores da Empresa e o fiscal do contrato. O aparelho deve ficar em posse do encarregado(a) mesmo no final do dia, em caso de roubo é responsabilidade da contratada fornecer outro sem custo ao encarregado.

5.5.11. Insalubridade

5.5.11.1. A Contratada deverá se responsabilizar pela elaboração, em até 30 (trinta) dias após o início dos serviços, de Laudo Pericial realizado por profissional competente e registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, a respeito de eventuais atividades insalubres relacionadas com as funções de limpeza do contrato, em especial àquelas relativas aos banheiros de uso coletivo, considerando a SÚMULA nº 448 do TST, para a qual a higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano.

5.5.11.2. A Contratada deverá informar a relação de funcionários que recebem o adicional de insalubridade e o respectivo grau de insalubridade.

5.5.11.3. O Laudo emitido nos termos da legislação trabalhista vigente não caberá reivindicações posteriores por eventuais erros de estimativas.

5.5.11.4. Estima-se na planilha de custos, a insalubridade em grau máximo para o cargo de agente de higienização, conforme Convenção Coletiva da Categoria, salvo dispositivo legal o contrário.

5.5.12. Do Perfil Profissiográfico e Atribuições da Categoria - Qualificação profissional mínima:

a) Ser maior de 18 anos;

b) Conhecimento básico das atividades de limpeza e conservação;

5.5.13. Auxiliar de Limpeza ou Servente de Limpeza – CBO: 5143-20

5.5.13.1. Os profissionais deverão ser treinados em técnicas de limpeza e conservação, uso de produtos, objetos, equipamentos e reciclagem.

5.5.13.2. Têm como atribuições os serviços de higiene e limpeza, varrições e lavagens. Movimentação, quando necessário, de: móveis, utensílios, galões de água, materiais e equipamentos nas dependências da edificação. Controle das atividades de conservação e observação das normas de segurança, higiene e qualidade.

5.5.14. Encarregado de Limpeza – CBO: 4101

5.5.14.1. Os profissionais deverão ser treinados em técnicas de limpeza e conservação, uso de produtos, objetos, equipamentos e reciclagem, bem como na coordenação de equipes. Tal exigência poderá ser suprida através da comprovação de 1 ano de experiência em função equivalente, que seja compatível com as necessidades do contrato.

5.5.14.2. Comprovação de experiência mínima de 6 meses no cargo.

5.5.14.3. Noções de uso de computador, e-mail e planilhas.

5.5.14.4. Têm como atribuições o acompanhamento e coordenação da execução dos serviços contratados, controle dos materiais de limpeza e higiene fornecidos pela empresa contratada, estabelecimento de sua distribuição. Solicitação à empresa contratada de fornecimento dos materiais de limpeza e higiene, nos quantitativos necessários à reposição de um estoque mínimo necessário à execução dos serviços. Planejamento de rotinas de trabalho, supervisão e chefia direta da equipe de trabalho. Verificação da limpeza, higiene e manutenção das instalações, equipamentos e objetos. Avaliação do desempenho de funcionários e execução do serviço. Organização das informações, planejamento do trabalho cotidiano e observação das normas de segurança, higiene e qualidade.

5.5.15. Agente de Higienização – CBO: 5143

5.5.15.1. Os profissionais deverão ser treinados em técnicas de limpeza e conservação, uso de produtos, objetos, equipamentos e reciclagem.

5.5.15.2. Têm como atribuições os serviços de higiene e limpeza, coleta de lixo, varrições e lavagens das instalações sanitárias. Movimentação, quando necessário, de: móveis, utensílios, galões de água, materiais e equipamentos nas dependências da edificação.

5.5.16. Limpador de Vidros - CBO 5143-05

5.5.16.1. Os profissionais deverão ser treinados em técnicas de limpeza e conservação, uso de produtos, objetos, equipamentos e reciclagem.

5.5.16.2. Tem como atribuição os serviços de higiene, limpeza e conservação de vidros e fachadas.

5.5.16.3 A Contratada deve fornecer, quando identificar que está quebrado ou com defeito todos os dispensadores de álcool gel, sabonete, papel toalha e papel higiênico nas Unidades do Campus Diadema.

5.5.17 Para fins de elaboração do orçamento estimativo e análise da exequibilidade das propostas, a Administração adotou como referência percentual de custos indiretos de 3,90% e margem de lucro de 6,79%, conforme estabelecido no Modelo de Elaboração de Planilha de Formação de Custos do SEGES (<https://www.gov.br/compras/pt-br/images/conteudo/Arquivos/CGNOR/Elaborao-da-Planilha-de-Custos-e-Formao-de-Preos.pdf/view>).

5.5.17.1 Serão admitidas composições distintas apresentadas pelos licitantes, desde que devidamente demonstradas, compatíveis com as condições de execução do objeto e capazes de comprovar a exequibilidade da proposta.

5.5.17.2 A Administração poderá solicitar esclarecimentos e documentação complementar quando os percentuais de custos indiretos ou lucro divergirem substancialmente dos parâmetros referenciais adotados.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.7.1.1. O conjunto de uniforme para os colaboradores compreende:

- a) duas calças em brim;
- b) duas camisas manga curta em algodão;
- c) duas camisas de manga comprida em algodão;
- d) dois agasalhos de inverno;
- e) dois pares de meias brancas;
- f) um par de sapatos com solado de borracha;
- g) duas toucas de TNT;
- h) crachá de identificação;

5.7.1.2. A empresa deverá fornecer 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.7.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.7.2.1. calças básica em brim, e cós meio elástico;

5.7.2.2. camisas manga curta e longa em algodão leve com logo tipo estampado na frente;

5.7.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Equipamentos de Proteção Individual - EPIs

5.8. Os EPIs a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada

5.8.1. Para os serventes de limpeza, agentes de higienização e limpadores de vidro:

- a) óculos de proteção;
- b) par de luvas de látex para limpeza multiuso reutilizável;
- c) máscara descartável contra poeira;
- d) capacete de segurança;
- e) avental impermeável;
- f) capa de chuva PVC com forro longa;
- g) par de botas cano longo em PVC forrado;

5.8.2. Para os agentes de higienização com recebimento de insalubridade e limpadores de vidro além dos EPIs acima citados deverão receber:

- a) protetor facial;
- b) par de luvas de látex limpeza cano longo;
- c) máscara respiratória descartável N95;
- d) par de botas cano longo com solado de borracha;

5.8.3. E demais equipamento de proteção individual necessário condizentes com a atividade executada, devendo ser substituído sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação e uso.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.9.1. Retirada dos equipamentos em até 24h ao término do contrato;

5.9.2. O Relatório de Fiscalização para emissão da NF será encaminhado no início do mês subsequente ao término do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período do contrato.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.16.1. O Fiscal Técnico enviará, até o dia 5 (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, o relatório mensal de Fiscalização dos serviços referente ao mês anterior, que considerará a efetiva realização dos serviços contratados e eventuais irregularidades identificadas em sua prestação;
- 6.16.2. Toda comunicação a ser estabelecida deverá ser feita mediante sistema de e-mail institucional; e
- 6.16.3. Caso haja a necessidade, o fiscal técnico, para corrigir uma falha observada, poderá utilizar-se do sistema de mensageria definido para acionar o preposto da empresa e, tão logo chegue em seu posto de serviço, deverá encaminhar e-mail relatando o exposto.
- 6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.
- 6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.
- 6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

- 6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.27.1 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
 - 6.27.2 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
 - 6.27.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.27.4 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:
- 6.28.1. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;
 - 6.28.2. O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;
 - 6.28.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e
 - 6.28.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.30.1 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.30.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

- 6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.33.1. A CONTRATADA deverá enviar toda a documentação trabalhista, fiscal e/ou previdenciária até o 10º (décimo) dia útil de cada mês até a finalização do contrato.
- 6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- 6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
 - 6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - 6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
 - 6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
 - 6.35.1.2. entregar até o 10º (décimo) dia útil do mês a prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
 - 6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - 6.35.1.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
 - 6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - 6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
 - 6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - 6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
 - 6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
 - 6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - 6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
 - 6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e
 - 6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.
 - 6.35.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - 6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - 6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - 6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

- 6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.57.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
 - 6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.58. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.58.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
 - 6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.59. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.
- 6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.
- 6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.
- 6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.
- 6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.
- 6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.65.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.65.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.68. Caberá ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.69. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto nesta seção e no no Anexo II, doc SEI (3275478).

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. O Instrumento de Medição de Resultado visa a estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

7.4.1. A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base no Instrumento de Medição de Resultado constante neste termo.

7.4.2. Os serviços serão constantemente avaliados pelos fiscais da CONTRATANTE, que emitirão relatório mensal.

7.4.3. A avaliação de desempenho será conduzida por meio de cinco módulos identificados de "A" a "E", que representam os pilares desta análise. Cada módulo possui informações específicas e estabelece as faixas de ajuste de pagamento (glosa) que serão aplicadas para determinar a retenção financeira.

7.4.4. Para cada item de avaliação, exceto o módulo "C" (Item: Qualidade), será aplicada uma pontuação diária em uma escala de 0 a 3 pontos. A pontuação máxima de 3 (três) pontos é atribuída à execução plenamente satisfatória e em total conformidade com o Edital. Por outro lado, a pontuação de 0 (zero) ponto indica uma execução totalmente insuficiente, cujos critérios detalhados estão dispostos abaixo.

7.4.5. Exclusivamente no Módulo C (Item: Qualidade), a escala de pontuação será de 1 (um) a 3 (três) pontos.

7.4.6. A apuração total dos pontos para cada item contratado será de 744 (Setecentos e quarenta e quatro) pontos nas unidades do Campus conforme item 7.4.14.

7.4.7. A apuração do Módulo "D - Remuneração Salarial e Benefícios" e, "E - Documentação Trabalhista" serão realizadas no mês subsequente ao de referência. Esta metodologia visa garantir a confirmação da quitação de todos os salários, benefícios, encargos e obrigações trabalhistas e previdenciários, cuja consolidação de recolhimentos é efetivada após o fechamento do mês de referência.

7.4.8. Para a apuração dos pontos e o cálculo do IMR serão considerados 31 (Trinta e um) dias. Aos domingos e feriados oficiais, os itens de apuração do IMR (Índice de Medição de Resultados) nos dias de suspensão de atividades receberão automaticamente a pontuação máxima de 3 (três) pontos.

7.4.9. O Cálculo utilizado para glosa mensal será realizado da seguinte forma:

a) Valor total a ser faturado = Valor total da fatura mensal do contrato - Total da Glosa

7.4.10. Os serviços serão classificados como insatisfatórios caso a Contratada obtenha uma pontuação inferior a 696 (seiscentos e noventa e seis) pontos para cada item contratado, sujeitando-a à aplicação das penalidades previstas no item 8- INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS do Termo de Referência.

7.4.11. O não atendimento das metas, por ínfima diferença, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

7.4.12. A análise seguirá os itens do contrato conforme tabela 1.1 no Termo de Referência.

7.4.13. Os módulos analisam os itens específicos como:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR	
MÓDULOS	
Módulos	Itens Avaliados
A	A 1 - Paramentação
	Apresentação e Uniformização
B	B 1 - Execução das Atividades
	Avaliação da limpeza de áreas internas e externas
	Avaliação da limpeza de esquadrias internas e externas
	Avaliação da limpeza de fachadas
	Avaliação de limpeza de banheiros
C	C 1 - Materiais / Equipamentos
	Fornecimento
	Qualidade
D	D 1 - Remuneração Salarial e Benefícios
	Pagamento de Salários.
	Pagamento de Benefícios.
	D2 - Verbas Indenizatórias e Remuneratórias
	PLR, 13º Salário, Férias FGTS e Rescisão Contratual, etc..
E	E 1 - Documentação Trabalhista
	Entrega da Documentação

7.4.14. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância por item contratado nas Unidades do Campus.

FAIXA DE TOLERÂNCIA			
Faixa de Pontuação		Percentual de Desconto	
>=	739 a 744	0,0%	
>=	733 a <= 738	1,0%	
>=	727 a <= 732	2,0%	
>=	721 a <= 726	4,0%	
>=	715 a <= 720	6,0%	
>=	709 a <= 714	8,0%	
>=	703 a <= 708	9,0%	
>=	697 a <= 702	10,0%	
696		10% mais sanções	

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - DESCRITIVOS			
Módulos		ITENS ANALISADOS	Pontos
A	A 1 - Paramentação		
A	Apresentação e Uniformização	Os uniformes e EPIs se encontram completos, limpos, íntegros e os empregados estão com a identificação funcional.	3
		Os uniformes e EPIs se encontram limpos, íntegros e os empregados estão com a identificação funcional, mas incompletos.	2
		Os uniformes e EPIs se encontram completos, mas sujos, amarrotados, manchados e/ou rasgados.	1
		Os colaboradores não estão trajando uniformes e EPIs completos.	0
B	B 1 -Execução das Atividades		
Avaliação da limpeza de áreas internas e externas		As tarefas foram executadas conforme rotina de atividades estabelecida pela Contratante	3
		As tarefas foram executadas conforme rotina de atividades estabelecida pela contratante, mas com atraso na execução do trabalho.	2
		As tarefas foram parcialmente executadas conforme rotina de atividades estabelecida pela Contratante.	1
		As tarefas não foram executadas conforme o estabelecido.	0
Avaliação da limpeza de esquadrias internas e externas		As tarefas foram executadas conforme rotina de atividades estabelecida pela Contratante	3
		As tarefas foram executadas conforme rotina de atividades estabelecida pela contratante, mas com atraso na execução do trabalho.	2
		As tarefas foram parcialmente executadas conforme rotina de atividades estabelecida pela Contratante.	1
		As tarefas não foram executadas conforme o estabelecido.	0
Avaliação da limpeza de fachadas		As tarefas foram executadas conforme rotina de atividades estabelecida pela Contratante	3
		As tarefas foram executadas conforme rotina de atividades estabelecida pela contratante, mas com atraso na execução do trabalho.	2
		As tarefas foram parcialmente executadas conforme rotina de atividades estabelecida pela Contratante.	1
		As tarefas não foram executadas conforme o estabelecido.	0
Avaliação de limpeza de banheiros		As tarefas foram executadas conforme rotina de atividades estabelecida pela Contratante	3

		As tarefas foram executadas conforme rotina de atividades estabelecida pela contratante, mas com atraso na execução do trabalho.	2
		As tarefas foram parcialmente executadas conforme rotina de atividades estabelecida pela Contratante.	1
		As tarefas não foram executadas conforme o estabelecido.	0
C	C 1 - Materiais / Equipamentos		
	Fornecimento	Todo o material foi fornecido dentro do mês e não houve desabastecimento	3
		O material foi fornecido, mas não em sua totalidade	2
		O material foi fornecido com atrasos	1
		O material não foi fornecido	0
	Qualidade	Todo o material entregue estava dentro dos padrões de qualidade descritos no termo de referência	3
		Parte do material entregue não se enquadram no padrão de qualidade descrito no termo de referência	2
		O material entregue não se enquadra no padrão de qualidade descrito no termo de referência	1
D	D1 - Remuneração Salarial e Benefícios		
	Pagamento de Salários.	Os créditos referentes aos Salários foram efetuados no prazo.	3
		Os créditos referentes aos Salários não foram efetuados em sua totalidade.	2
		Os créditos referentes aos Salários foram efetuados com atraso.	1
		Os créditos referentes aos Salários não foram efetuados.	0
	Pagamento de Benefícios.	Os créditos referentes à: Vale-transporte, Vale-refeição, Cesta básica e demais benefícios, foram efetuados no prazo.	3
		Os créditos referentes à: Vale-transporte, Vale-refeição, Cesta básica e demais benefícios não foram efetuados em sua totalidade.	2
		Os créditos referentes à: Vale-transporte, Vale-refeição, Cesta básica e demais benefícios foram efetuados com atraso.	1
		Os créditos referentes à: Vale-transporte, Vale-refeição, Cesta básica e demais benefícios não foram efetuados.	0
	D2 - Verbas Indenizatórias e Remuneratórias		
	PLR, 13º Salário, FGTS, Férias e Rescisão Contratual, etc..	O crédito referente ao PLR, 13º salário, Férias, FGTS e Rescisão Contratual foi efetuado no prazo.	3
		O crédito do PLR, 13º salário, Férias, FGTS e Rescisão Contratual ocorreram, MAS não em sua totalidade.	2
		O crédito referente ao PLR, 13º salário, Férias, FGTS e Rescisão Contratual foi efetuado, MAS com atraso.	1
		O crédito do PLR, 13º salário, Férias, FGTS e Rescisão Contratual não foram efetuados.	0
E	E 1 - Documentação Trabalhista		
	Entrega da Documentação	Documentação completa entregue no prazo de até 10 dias úteis do mês subsequente à prestação dos serviços.	3
		Documentação entregue com atraso	2
		Documentação entregue parcialmente	1
		Documentação não entregue	0

7.4.15. A critério da Contratante, a Contratada poderá ser penalizada com a rescisão contratual de acordo com a Lei 14.133/2021 - Capítulo VIII - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS e suas atualizações.

7.4.16. A empresa emitirá a nota fiscal com valor que esteja em conformidade com relatório encaminhado pela Fiscalização com base na Tabela de ocorrências e efeitos remuneratórios do IMR.

7.4.17. O Instrumento de Medição de Resultado será parte integrante do Contrato e do Edital.

7.4.18. Os descontos previstos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) são autônomos e cumulativos, aplicáveis sem prejuízo do cumprimento das demais cláusulas do Edital e das penalidades contratuais.

7.4.19. O objetivo do IMR é vincular o pagamento aos resultados alcançados, complementando a mensuração dos serviços prestados. As reduções de pagamento por descumprimento do IMR não são consideradas penalidades ou multas, as quais exigem processo administrativo.

7.4.20. Os descontos serão aplicados com base em graus de severidade descritos nos Anexos II e III, sendo realizados nos pagamentos futuros ou cobrados administrativa/judicialmente.

7.4.21. A aplicação dos descontos é interdependente, podendo ser aplicados cumulativamente.

7.4.22. A aplicação dos descontos por ocorrências que prejudiquem a execução plena e a qualidade dos serviços é feita sem prejuízo das sanções previstas em Lei e Contrato por inexecução total ou parcial.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório será encaminhado relatório mensal referente à fiscalização até o 5º dia útil do mês subsequente.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.38. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.38.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.38.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação

7.39. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.40. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.40.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.40.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.41. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.41.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.42. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.43. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.44. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.45. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.46. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.47. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.47.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.47.1.1. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.47.2. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.48. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (1 - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.49. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.50. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.51. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.52. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.53. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.54. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.55. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.56. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.57. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.58. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.59. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.60. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta dias), contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.61. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.62. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.63. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.64. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.65. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.66. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.66.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

7.67. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).

Cessão de Crédito

7.68. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.68.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.68.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.68.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.68.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.69. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.70. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas

neste Termo de Referência;

7.71. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.72. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.73. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.74. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.75. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.75.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.75.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.75.3. Multa sobre o FGTS; e

7.75.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.76. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.77. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.78. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.79. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.80. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.81. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.82. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.83. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave).

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- 8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 8% (oito por cento) do valor da contratação.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da Proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

- 9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Crítérios de aceitabilidade de preços

- 9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:
- 9.3.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;
- 9.3.2. custos unitários: conforme tabela do item 1.1
- 9.4. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no(a) Convenção Coletiva de Trabalho do SIEMACO - ABC - 2026/2026 nº SP001576/2026, utilizado(a) como paradigma:
- a) salário-base do Auxiliar de Limpeza ou Servente de Limpeza – CBO: 5143-20 , no valor de R\$ 1.837,40
- b) salário base do Agente de Higienização – CBO: 5143 no valor de R\$ 1.837,40
- c) salário base do Limpador de Vidros - CBO 5143-05, no valor de R\$ 2.014,25
- d) salário base do Encarregado de Limpeza – CBO: 4101 de 21 à 30 funcionários no valor de R\$ 2.581,90

e) salário base do Encarregado de Limpeza – CBO: 4101 de 31 ou mais funcionários no valor de R\$ 2.874,05

f) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 155,73; e auxílio refeição, no valor de R\$ 21,81 (diário);

g) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

h) assiduidade, no valor de R\$ 315,00;

9.4.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.4.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.4.3. Os valores orçados pela Administração constam na tabela do item 1.1.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.27. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo SEI 3189270 deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.32.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.32.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.35.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviço envolvendo o mínimo de 9,2 mil metros quadrados de limpeza de áreas internas mensais.

9.35.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.2. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 3.043.857,84 (três milhões, quarenta e três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/unidade: 153031/15250.
- II - Fonte de recursos: 1000000000;
- III - Programa de trabalho: 229668;
- IV - Elemento de despesa: [...]; e
- V - Plano interno: [...].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXOS

- 13.1. Estudos Técnicos Preliminares (SEI 3375367);
- 13.2. Mapeamento de Riscos (SEI 3375674);
- 13.3. Descritivo de Limpeza (SEI 3275469);
- 13.4. Planilha Metragem Geral do Campus (SEI 3310264);
- 13.5. Modelo de Atestado de Vistoria (SEI 3189258);
- 13.6. Modelo de Termo de Ciência e Concordância (SEI 3189264);
- 13.7. Modelo de Declaração de Relação de Compromissos Assumidos (SEI 3189270);
- 13.8. Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI 3418886).

Membros da equipe de planejamento:

Área	Servidor
Divisão de Serviços - Vice Coordenador	Americo Bonotti Neto
Divisão de Serviços - Coordenador	Maria Medina
Divisão de Materiais	Marcia Nascimento Lima
Divisão de Contratos	Adriana Carneiro de Aguiar

Aprovo o Termo de Referência,

Prof. Dr. Dário Santos Junior

Diretor Acadêmico

UNIFESP Campus Diadema

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025



Documento assinado eletronicamente por **Maria Jose Medina, Assistente em Administração**, em 09/06/2026, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Americo Bonotti Neto, Assistente em Administração**, em 09/06/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Carneiro de Aguiar, Assistente em Administração**, em 09/06/2026, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Nascimento Lima, Administrador(a)**, em 09/06/2026, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dario Santos Junior, Diretor(a)**, em 11/06/2026, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3375376** e o código CRC **BD018897**.

Rua São Nicolau 210 5º Andar - Bairro Centro - Diadema - SP CEP 09913-030 - <http://www.unifesp.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DIADEMA

MAPEAMENTO DE RISCOS nº 3375674/2026/DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DIADEMA

Diadema, 11 de maio de 2026.

Nota: Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão e Fiscalização Contratual.

Responsável pelo preenchimento:

- Fase de Planejamento: Requisitante;
- Fase de Seleção do Fornecedor: Compras;
- Fase de Gestão Contratual: Contratos.

FASE DE PLANEJAMENTO

RISCO 01 - Erro de Texto, descrição do serviço em qualquer documento que serve de base para licitação			
Causa do risco: Conhecimento insuficiente das características técnicas			
Probabilidade:	1		
Impacto:	5		
Alocado para:	<input type="checkbox"/> Contratada	<input type="checkbox"/> Seguradora	<input checked="" type="checkbox"/> Administração
Item da Contratação	Todos		
Detalhamento da Alocação: Cabe à Administração nomear equipe com conhecimento técnico do objeto a ser contratado.			
ID	Impactos:		
	Dificuldade na fiscalização e/ou no cumprimento das exigências e obrigações		
ID	Ações Preventivas:		Responsáveis
	Utilizar informações de contratações anteriores e de editais disponíveis no painel de preços, comunicação entre os participantes da equipe de planejamento de contratação elucidar qualquer dúvida e revisão dos procedimentos como um todo por todos os integrantes		Equipe de Planejamento
ID	Ações Contingências		Responsáveis
	Se o erro for sanável fazer correção por meio de termo de apostilamento. Se o erro for insanável efetuar a abertura de um novo processo licitatório		Equipe de Planejamento

RISCO 02 - Estimativa de Preços Inadequada			
Causa do risco: Ausência de cota de preços; Pesquisa de preços mal elaborada.			
Probabilidade:	3		
Impacto:	5		
Alocado para:	<input type="checkbox"/> Contratada	<input type="checkbox"/> Seguradora	<input checked="" type="checkbox"/> Administração
Item da Contratação	Todos		
Detalhamento da Alocação: Compete à Administração realizar pesquisas utilizando os critérios estabelecidos na legislação, visando mitigar o estabelecimento de valores incompatíveis com o mercado.			
ID	Impactos:		
1	Utilização de parâmetro inadequado para julgamento da proposta vencedora;		
2	Sobrepço ou Subpreço;		
3	Questionamento dos órgãos de controle;		
4	Impugnações;		
5	Licitação deserta e/ou fracassada;		

6	Contratação antieconômica;	
7	Retrabalho;	
ID	Ações Preventivas:	Responsáveis
1	Realizar ampla pesquisa de preço;	Equipe de Planejamento
2	Realizar pesquisa de preços de acordo com a IN SEGES/ME N. 65/2021;	Equipe de Planejamento
ID	Ações Contingências	Responsáveis
1	Refazer a pesquisa de preços;	Equipe de Planejamento

RISCO 03 - Descrição Equivocada do Objeto			
Causa do risco: Conhecimento insuficiente das características técnicas do objeto.			
Probabilidade:		1	
Impacto:		4	
Alocado para:		() Contratada	() Seguradora (X) Administração
Item da Contratação		Todos	
Detalhamento da Alocação: Cabe à Administração nomear equipe com conhecimento técnico do objeto a ser contratado.			
ID	Impactos:		
1	Contratação/aquisição de item inadequado;		
2	Desperdício de dinheiro público;		
ID	Ações Preventivas:		Responsáveis
1	Buscar informações técnicas com a área requisitante/técnica.		Equipe de Planejamento
2	Realizar pesquisa de mercado eficiente		Equipe de Planejamento
ID	Ações Contingências		Responsáveis
1	Revisão do ETP e do Termo de Referência.		Equipe de Planejamento

RISCO 04 - Inércia ou demora no planejamento da contratação			
Causa do risco: Ausência ou deficiência de organização e planejamento; Insuficiência de recursos; Excesso de demandas que comprometem a força de trabalho; Equipe com pouca disponibilidade de tempo;			
Probabilidade:	2		
Impacto:	4		
Alocado para:	() Contratada	() Seguradora	(X) Administração
Item da Contratação	Todos		
Detalhamento da Alocação: Cabe à Administração realizar o planejamento das contratações.			
ID	Impactos:		
1	Atraso na contratação;		
2	Indisponibilidade do serviço de Limpeza		
ID	Ações Preventivas:		Responsáveis
1	Realizar reunião para início/alinhamento dos trabalhos;		Equipe de Planejamento
2	Divisão das atividades da equipe de acordo com o Anexo I da Portaria Proadm 734/2025.		Equipe de Planejamento
ID	Ações Contingências		Responsáveis
1	Alteração da equipe de planejamento;		Diretoria Administrativa
2	Prorrogação do contrato atual		Diretoria Administrativa

FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 05 - Pedidos de Esclarecimento e/ou Pedidos de Impugnação

Causa do risco: Descrição incompleta da solução a ser contratada; Lacunas no modelo de execução do objeto ou no modelo de gestão do contrato; Inconsistências ou contradições no Edital, Termo de Referência ou Minuta de Contrato.			
Probabilidade:	3		
Impacto:	4		
Alocado para:	<input type="checkbox"/> Contratada	<input type="checkbox"/> Seguradora	<input checked="" type="checkbox"/> Administração
Item da Contratação	Todos		
Detalhamento da Alocação: Por se tratarem de documentos elaborados ou inseridos no processo pela Administração.			
ID	Impactos:		
1	Alta mobilização de força de trabalho para responder tempestivamente aos pedidos apresentados;		
2	Necessidade de republicação/suspensão do instrumento convocatório, gerando atrasos no processo;		
ID	Ações Preventivas:		
1	Prever todos os serviços necessários à execução do objeto.		
2	Revisar e compatibilizar toda documentação técnica elaborada.		
ID	Ações Contingências		
1	Avaliar os questionamentos e, eventualmente, revisar os documentos referentes aos questionamentos apresentados.		

RISCO 06 - Licitação Deserta ou Fracassada			
Causa do risco: Pesquisa de Preços que resulte em um valor estimado inadequado para a contratação; Estabelecimento no Termo de Referência de especificações técnicas muito restritivas ou que não existem no mercado; Ausência de interesse de empresas em participar da licitação; Prazo insuficiente de publicidade do edital.			
Probabilidade:	1		
Impacto:	4		
Alocado para:	<input type="checkbox"/> Contratada	<input type="checkbox"/> Seguradora	<input checked="" type="checkbox"/> Administração
Item da Contratação	Todos		
Detalhamento da Alocação: Cabe a Administração gerenciar os riscos de licitações desertas buscando indicar equipe de planejamento com conhecimento técnico dos serviços a serem executados.			
ID	Impactos:		
1	Atraso no início da prestação do serviço;		
2	Necessidade de repetir procedimentos licitatórios		
3	Retrabalho.		
ID	Ações Preventivas:		
1	Indicar equipe de planejamento com conhecimentos técnicos condizentes com o objeto da contratação/aquisição;		
2	Realizar pesquisas utilizando os critérios estabelecidos na IN SEGES/ME N. 65/2021;		
ID	Ações Contingências		
1	Revisar os documentos de planejamento (ETP, TR e pesquisa de preços) e republicar o pregão.		

FASE DE GESTÃO DE CONTRATO

RISCO 07 - Atraso na execução contratual			
Causa do risco: Termo de Referência mal delineado quanto a prazos e objeto; Planejamento da contratação ineficiente; Falta de planejamento da contratada; Inobservância das regras constantes do edital pela empresa.			
Probabilidade:	2		
Impacto:	4		
Alocado para:	<input checked="" type="checkbox"/> Contratada	<input type="checkbox"/> Seguradora	<input checked="" type="checkbox"/> Administração
Item da Contratação	Todos		
Detalhamento da Alocação: É dever tanto da Contratante quanto da Contratada observar os prazos definidos no edital e se organizar para cumprí-los.			
ID	Impactos:		

1	Indisponibilidade do serviço de limpeza;	
2	Prejuízo para a Administração;	
3	Penalidades;	
ID	Ações Preventivas:	Responsáveis
1	Informar no TR e Contrato todos os prazos com clareza;	Equipe de Planejamento
2	Acompanhar de perto os prazos para início da execução contratual	Fiscal/Gestor de Contratos
ID	Ações Contingências	Responsáveis
1	Notificação à contratada	Fiscal/Gestor de Contratos
2	Abertura de processo sancionatório	Fiscal/Gestor de Contratos/Diretoria Administrativa

RISCO 08 - Dificuldade na entrega da documentação necessária para a fiscalização mensal			
Causa do risco: Atraso no pagamento da empresa			
Probabilidade:		2	
Impacto:		5	
Alocado para:	(X) Contratada	() Seguradora	(X) Administração
Item da Contratação	Todos		
Detalhamento da Alocação: É dever tanto da Contratante quanto da Contratada acompanhar a entrega da documentação exigida no contrato dentro do prazo.			
ID	Impactos:		
1	Risco de pagamento para empresa em situação irregular		
2	Exposição da Administração publica a riscos fiscais ou trabalhistas		
ID	Ações Preventivas:		Responsáveis
1	Identificação do funcionário e/ou departamento da empresa contratada responsável pelo encaminhamento dos documentos para fiscalização e cobrança de envio		Fiscal e Divisão de Contratos
2	Previsão Contratual de que as Notas Fiscais referentes à prestação do serviço só deverão ser emitidas após o envio do relatório de fiscalização		Divisão de Contratos
ID	Ações Contingências		Responsáveis
1	Notificação solicitando o cancelamento da NF emitida sem autorização		Gestor do Contrato
2	Realização de eventuais glosas ou descontos na nota subsequente		Gestor do Contrato

RISCO 09 - Tratamento do descumprimento das obrigações trabalhistas, Previdenciários e recolhimento de FGTS			
Causa do risco: A empresa estar inadimplente com as obrigações trabalhistas			
Probabilidade:		1	
Impacto:		5	
Alocado para:		(X) Contratada	() Seguradora (X) Administração
Item da Contratação		Todos	
Detalhamento da Alocação: É dever tanto da Contratante quanto da Contratada acompanhar a entrega da documentação exigida no contrato dentro do prazo, tendo em vista que as consequências impactam a contratante, a contratada e ao trabalhador com risco de suspensão de contrato.			
ID	Impactos:		
1	Risco de pagamento para empresa em situação irregular		
2	Exposição da Administração publica a riscos fiscais ou trabalhistas		
3	Prejuízo aos colaboradores		
ID	Ações Preventivas:		Responsáveis
1	Abrir processo de sanção		Fiscal e Divisão de Contratos
2	Previsão Contratual de que as Notas Fiscais referentes à prestação do serviço só deverão ser emitidas após a regularização da pendencia da documentação e		Divisão de Contratos

	comprovação da quitação do débito.	
ID	Ações Contingências	Responsáveis
1	Realização de eventuais glosas ou descontos na nota subsequente	Fiscal
2	Encerrar o contrato e fazer nova licitação	Fiscal Administrativo/Diretoria Administrativa/Solicitante Gestor do Contrato

Responsáveis pela elaboração deste documento:

Área	Servidor
Divisão de Serviços - Vice Coordenador	Americo Bonotti Neto
Divisão de Serviços - Coordenador	Maria Medina
Divisão de Materiais	Marcia Nascimento Lima
Divisão de Contratos	Adriana Carneiro de Aguiar



Documento assinado eletronicamente por **Maria Jose Medina, Assistente em Administração**, em 09/06/2026, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Americo Bonotti Neto, Assistente em Administração**, em 09/06/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Carneiro de Aguiar, Assistente em Administração**, em 09/06/2026, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Nascimento Lima, Administrador(a)**, em 09/06/2026, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clicando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3375674** e o código CRC **49C72514**.

Rua São Nicolau 210 5º Andar - Bairro Centro - Diadema - SP CEP 09913-030 - <http://www.unifesp.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Rua Sena Madureira, 1500, - Bairro Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP 04021-001
Telefone: 4044-0500 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.unifesp.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 23089.017112/2025-39

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato – Licitação e Contratação Direta - Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

MODELO DE MINUTA DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
(Processo Administrativo nº 23089.017112/2025-39)

MINUTA DE CONTRATO Nº/.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO (A) **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP** E
.....

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – Unifesp**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.453.032/0001-74, com endereço na Rua Sena Madureira, 1500, na cidade de São Paulo, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Pró-Reitora de Administração, Sra. Geórgia Mansour, nomeada pela Portaria nº 1.707, de 14/04/2023, publicada no DOU em 17/04/2023, portador da Matrícula Funcional nº 0116765, doravante denominada **CONTRATADA**, e de outro lado a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23089.017112/2025-39 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº/..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento mão de obra especializada, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e demais insumos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO
1	1	ÁREA INTERNA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	27782	m²	18870	226440	
	2	ÁREA INTERNA - LABORATÓRIO COM INSALUBRIDADE CLASSIFICADO NB2 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	27782	m²	487	5844	
	3	ÁREA EXTERNA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	24040	m²	23825	285900	
	4	ESQUADRIAS INTERNAS E EXTERNAS - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	24112	m²	7883	94596	
	5	BANHEIROS - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS	24090	m²	1039	12468	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. O Edital da Licitação;

- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) XX/XX/2026, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (ART. 92, V E X)**

- 7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
 - 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
 - 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
 - 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
 - 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de colaborador da CONTRATADA que presta serviços no mesmo contrato.
- 9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.36. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.37. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.38. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.39. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.40. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.41. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.42. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.43. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.44. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.45. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.46. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.47. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.48. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.49. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.50. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação;
- 9.51. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.52. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.53. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.54. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.55. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.56. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.56.6. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.56.7. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.57. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

9.58. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

9.59. Realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

9.59.8. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

9.60. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

9.60.9. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

9.60.10. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

9.60.11. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

9.60.12. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada. ;

9.60.13. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

9.60.14. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

9.61. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

9.62. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

9.63. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

9.64. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

9.65. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

9.65.15. Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

9.65.16. Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

9.65.17. Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.66. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.67. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.68. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

11.69. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.70. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.71. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.72. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.73. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.74. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.75. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.76. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.76.18. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.77. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.78. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.2. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 14.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.
- 14.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.8.3. Das indenizações e multas.
- 14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 14.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 14.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 14.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:
- 14.13.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- 14.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 14.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.
- 14.15. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 14.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 14.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 14.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 14.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato
- 15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I - Gestão/Unidade: [...];
- II - Fonte de Recursos: [...];
- III - Programa de Trabalho: [...];
- IV - Elemento de Despesa: [...];
- V - Plano Interno: [...];

VI - Nota de Empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de São Paulo, Seção Judiciária da Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP

**Pró-Reitora de Administração
Geórgia Mansour**

Representante legal da CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fiscal Titular
SIAPE Nº: XXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fiscal Substituto
SIAPE Nº XXXX



Documento assinado eletronicamente por **Maria Jose Medina, Assistente em Administração**, em 09/06/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Americo Bonotti Neto, Assistente em Administração**, em 09/06/2026, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Carneiro de Aguiar, Assistente em Administração**, em 09/06/2026, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clicando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3382358** e o código CRC **520ED3D0**.

ANEXO II - INSTRUMENTO DE MEDICÃO DE RESULTADOS (IMR)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços continuados de limpeza, higiene e conservação predial, com fornecimento de materiais de consumo, equipamentos e utensílios para o Campus Diadema da UNIFESP	PROCESSO:	PREGÃO	CONTRATO:
	VALOR MENSAL: R\$	MÊS DE REFERÊNCIA:	
CONTRATADA:	VALOR DA GLOSA: R\$	VALOR A PAGAR: R\$	

		ÁREAS INTERNAS / EXTERNAS																																
MÓDULOS	ITENS AVALIADOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	TOTAL	
A	A 1 - Paramentação																																	
	Apresentação e Uniformização	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
B	B 1 - Execução das Atividades																																	
	Execução e Qualidade	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
C	C 1 - Materiais / Equipamentos																																	
	Fornecimento Qualidade	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
D	D 1 - Remuneração Salárial e Benefícios																																	
	Pagamento de Salários. Pagamento de Benefícios.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
E	D 2 - Verbas Indenizatórias e Remuneratórias PLR, 13º Salário, Férias, FGTS e Rescisão Contratual, etc...																																	
	E 1 - Documentação Trabalhista Entrega da Documentação	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
		TOTAL																														744		

FAIXA DE TOLERÂNCIA		
Faixa de Pontuação	Percentual de Desconto	
>= 739 a <= 744	0,0%	
>= 733 a <= 738	1,0%	
>= 727 a <= 732	2,0%	
>= 721 a <= 726	4,0%	
>= 715 a <= 720	6,0%	
>= 709 a <= 714	8,0%	
>= 703 a <= 708	9,0%	
>= 697 a <= 702	10,0%	
696	10% mais sanções	

MÓDULOS		ESQUADRIAS INTERNAS / EXTERNAS																															FAIXA DE TOLERÂNCIA				
	ITENS AVALIADOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	TOTAL	Faixa de Pontuação	Percentual de Desconto		
A	A 1 - Paramentação																																		>= 739	a <= 744	0,0%
	Apresentação e Uniformização	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	>= 733	a <= 738	1,0%
B	B 1 - Execução das Atividades	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	>= 727	a <= 732	2,0%
	Execução e Qualidade	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	>= 721	a <= 726	4,0%
C	C 1 - Materiais / Equipamentos																																		>= 715	a <= 720	6,0%
	Fornecimento	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	>= 709	a <= 714	8,0%	
	Qualidade	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	>= 703	a <= 708	9,0%	
D	D 1 - Remuneração Salárial e Benefícios																																		>= 697	a <= 702	10,0%
	Pagamento de Salários.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	696		10% mais sanções	
	Pagamento de Benefícios.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93				
	D 2 - Verbas Indenizatórias e Remuneratórias																																				
E	PLR, 13º Salário, Férias, FGTS e Rescisão Contratual, etc.,	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93				
	E 1 - Documentação Trabalhista																																				
	Entrega da Documentação	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93				
																																	TOTAL		744		

LIMPEZA DE FACHADAS																																	
MÓDULOS	ITENS AVALIADOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	TOTAL
A	A 1 - Paramentação																																
	Apresentação e Uniformização	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
B	B 1 - Execução das Atividades																																
	Execução e Qualidade	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
C	C 1 - Materiais / Equipamentos																																
	Fornecimento	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
	Qualidade	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
D	D 1 - Remuneração Salárial e Benefícios																																
	Pagamento de Salários.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
	Pagamento de Benefícios.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
E	D 2 - Verbas Indenizatorias e Remuneratórias																																
	PLR, 13º Salário, Férias, FGTS e Rescisão Contratual, etc...	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
	E 1 - Documentação Trabalhista																																
	Entrega da Documentação	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	
		TOTAL																															744

FAIXA DE TOLERÂNCIA		
Faixa de Pontuação	Percentual de Desconto	
>= 739 a <= 744	0,0%	
>= 733 a <= 738	1,0%	
>= 727 a <= 732	2,0%	
>= 721 a <= 726	4,0%	
>= 715 a <= 720	6,0%	
>= 709 a <= 714	8,0%	
>= 703 a <= 708	9,0%	
>= 697 a <= 702	10,0%	
696	10% mais sanções	

MÓDULOS		LIMPEZA DE BANHEIROS																															FAIXA DE TOLERÂNCIA				
ITENS AVALIADOS		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	TOTAL	Faixa de Pontuação	Percentual de Desconto		
A	A 1 - Paramentação																																		>= 739	a <= 744	0,0%
	Apresentação e Uniformização	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	>= 733	a <= 738	1,0%	
B	B 1 - Execução das Atividades																																		>= 727	a <= 732	2,0%
	Execução e Qualidade	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	>= 721	a <= 726	4,0%	
C	C 1 - Materiais / Equipamentos																																		>= 715	a <= 720	6,0%
	Fornecimento	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	>= 709	a <= 714	8,0%	
	Qualidade	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	>= 703	a <= 708	9,0%	
D	D 1 - Remuneração Salárial e Benefícios																																		>= 697	a <= 702	10,0%
	Pagamento de Salários.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93	696		10% mais sanções	
	Pagamento de Benefícios.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93				
	D 2 - Verbas Indenizatorias e Remuneratórias																																				
E	PLR, 13º Salário, Férias, FGTS e Rescisão Contratual, etc...	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93				
	E 1 - Documentação Trabalhista																																				
	Entrega da Documentação	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	93				
																																	TOTAL		744		

OBSERVAÇÕES:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



SEÇÃO DE COMPRAS - DIADEMA
Rua São Nicolau 210 5º Andar - Bairro Centro - Diadema - SP CEP 09913-030 - <http://www.unifesp.br>
4044-0500

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CAMPUS DIADEMA

ANEXO I

DESCRIPTIVO LIMPEZA

1. CRONOGRAMA DE LIMPEZA

1.1. A contratada deverá apresentar cronogramas de limpeza de todos os postos de trabalho, no qual se deve informar a distribuição dos funcionários, horário de trabalho e atividades a serem executadas, principalmente nos postos de trabalho onde haverá o compartilhamento de atividades.

1.2. A frequência informada nos itens a seguir poderá sofrer alteração em ambientes específicos de acordo com a necessidade da Contratante.

2. ÁREA INTERNA:

2.1. PISO FRIO: Consideram-se como áreas internas – pisos frios – aquelas constituídas/revestidas de paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma, madeira, inclusive os sanitários e copas.

2.1.1. SANITÁRIOS		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário;	5 x por dia
b	Abastecer com sabonete líquido, papel higiênico e papel toalha; Limpar barras; Limpar maçanetas; Limpar torneiras e pias; Lavar vasos sanitários; Passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar espelhos.	3 x por dia
c	Lavar pisos; Limpar portas e batentes.	2 x por dia
d	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras.	Diária
e	Lavar cestos de lixo; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc; Lavar os azulejos.	Semanal

2.1.2. VESTIÁRIOS		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Limpar maçanetas; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; Limpar torneiras e pias; Limpar portas e batentes; Limpar barras;	Diária

	Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras; Lavar pisos.	
b	Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros.	2 x por semana
c	Lavar cestos de lixo; Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés; Lavar azulejos.	Semanal
d	Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, etc; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.	Quinzenal
e	Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.	Anual

2.1.3. COPAS		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário;	3 x por dia
b	Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros;	2 x ao dia
c	Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Abastecer com detergente, bucha e papel toalha; Limpar maçanetas; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; Limpar torneiras e pias; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó; Limpar microondas, por dentro e por fora, que estejam vazios.	Diária
d	Limpar bebedouros e purificadores com álcool 70%; Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés; Lavar cestos de lixo;	3 x por semana
e	Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, geladeiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, etc. Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc; Limpar portas, barras e batentes; Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido; Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Quinzenal
f	Lavar azulejos; Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras; Limpar geladeiras por dentro, que estejam vazias.	Trimestral
g	Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.	Anual

2.1.4. REFEITÓRIOS		
ID	Atividade	Frequência
a	Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Passar pano úmido e remover manchas de pisos; Abastecer sabonete líquido, papel toalha, quando necessário;	2 x por dia

	Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;	
b	Limpar microondas, por dentro e por fora, que estejam vazios. Limpar maçanetas;	Diária
c	Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés; Limpar bebedouros e purificadores com álcool 70%; Limpar portas e visores de vidro; Lavar cestos de lixo.	3 x por semana
d	Limpar portas e batentes; Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis e eletrodomésticos existentes, etc; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc; Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Quinzenal
e	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras; Limpar geladeiras por dentro, que estejam vazias.	Trimestral
f	Limpar atrás dos móveis.	Anual

2.1.5. SALAS DE AULAS		
ID	Atividade	Frequência
a	Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar maçanetas; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; Limpar Lousas e quadros brancos;	Diária
b	Limpar portas e visores de vidro.	2 x por semana
c	Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés.	Semanal
d	Limpar portas e batentes; Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.	Quinzenal
e	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras.	Trimestral
f	Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Semestral

2.1.6. ANFITEATROS		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar maçanetas;	Diária

	Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza.	
b	Limpar portas e visores de vidro;	2 x por semana
c	Limpar portas e batentes; Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido; Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.	Quinzenal
d	Lavar cestos de lixo.	Mensal
e	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras.	Trimestral
f	Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Semestral

2.1.7. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA		
ID	Atividade	Frequência
a	Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar maçanetas; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; Limpar lousas e quadros brancos;	Diária
b	Limpar portas e visores de vidro.	2 x por semana
c	Limpar portas e batentes; Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido; Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc;	Quinzenal
d	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras.	Trimestral
e	Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Semestral

2.1.8. OFICINAS (ÁREA DE MÁQUINAS - GALDINO)		
ID	Atividade	Frequência
a	Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas.	3 x por semana
b	Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Remover, com pano úmido, o pó dos armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, etc; Limpar portas, barras e batentes.	Quinzenal
c	Lavar cestos de lixo.	Mensal
d	Limpar grades e portões, etc.	Sob demanda

2.1.9. SALAS DE VIDEOCONFERÊNCIA		
ID	Atividade	Frequência
a	Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar maçanetas; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; Limpar Lousas e quadros brancos.	Diária
b	Limpar portas e batentes; Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, etc. Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés.	Quinzenal
c	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras.	Trimestral
d	Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Semestral
e	Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.	Anual

2.1.10. LABORATÓRIOS DE PESQUISA (INCLUINDO ESCRITÓRIO)		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Recolhimento e Pesagem do resíduo Biológico.	Diária
b	Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Limpar maçanetas; Limpar portas e visores de vidro; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; Limpar microondas, por dentro e por fora, que estejam vazios; Limpar telefones, evitando fazer a limpeza de bocais (e outras partes manuseáveis) com produto alergênico, usando apenas álcool 70% em todas as partes do aparelho.	Semanal
c	Limpar portas e batentes; Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris; Lavar cestos de lixo; Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido.	Quinzenal
d	Lavar e aplicar produto para conservação de pisos; Limpar geladeiras, por dentro e por fora, que estejam vazias de produtos químicos, radioativos e biológicos; Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras; Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés; Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.	Sob demanda (anual)

2.1.11. LABORATÓRIOS DE PESQUISA NÍVEL DE BIOSSEGURANÇA 2 (NB-2) (incluindo escritório)		
ID	Atividade	Frequência
a	<p>Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário;</p> <p>Obs.: Resíduos perfurocortantes e carcaças de animais congelados não devem ser removidos pela equipe de limpeza.</p> <p>Recolhimento e Pesagem do resíduo Biológico;</p> <p>Passar pano úmido e remover manchas de pisos;</p> <p>Limpar maçanetas;</p> <p>Limpar portas e visores de vidro;</p> <p>Limpar paredes, divisórias e rodapés;</p> <p>Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;</p> <p>Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;</p> <p>Limpar telefones com produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais (e outras partes manuseáveis) com produto alergênico, e/ou usando apenas álcool 70% em todas as partes do aparelho;</p> <p>Limpar portas e batentes;</p> <p>A frequência de limpeza diária foi estabelecida de acordo com o PARECER TÉCNICO nº 2885248 do Técnico em Segurança do Trabalho.</p>	Diária
b	Limpar microondas, por dentro e por fora, que estejam vazios.	Semanal
c	<p>Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas;</p> <p>Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris;</p> <p>Lavar cestos de lixo;</p> <p>Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido.</p>	Quinzenal
d	<p>Lavar e aplicar produto para conservação de pisos;</p> <p>Limpar geladeiras, por dentro e por fora, que estejam vazias de produtos químicos, radioativos e biológicos. Verificar junto aos fiscais quais geladeiras limpar;</p> <p>Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras;</p> <p>Limpar forros, tetos;</p> <p>Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;</p>	Sob demanda (anual)

2.1.12. LABORATÓRIOS DE GRADUAÇÃO		
ID	Atividade	Frequência
a	<p>Remover lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário;</p> <p>Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos;</p> <p>Limpar maçanetas;</p> <p>Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;</p> <p>Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza.</p>	3 x por dia
b	<p>Passar pano seco e/ou úmido nos balcões/bancadas;</p> <p>Recolher e pesar o resíduo Biológico;</p> <p>Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés.</p>	Diária
c	Limpar bebedouros e purificadores com álcool 70%.	3 x por semana
d	Limpar portas e visores de vidro.	2 x por semana

e	Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos; Lavar cestos de lixo.	Semanal
f	Limpar portas e batentes; Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris; Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.	Quinzenal
g	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras; Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Semestral

2.1.13. SALAS DE APOIO AOS LABORATÓRIOS DE GRADUAÇÃO		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar telefones, evitando fazer a limpeza de bocais (e outras partes manuseáveis) com produto alergênico, usando apenas álcool 70% em todas as partes do aparelho; Limpar maçanetas; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; Limpar microondas, por dentro e por fora, que estejam vazios.	Diária
b	Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos; Limpar portas e visores de vidro. Lavar cestos de lixo.	Semanal
c	Limpar portas e batentes; Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris; Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido; Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.	Quinzenal
d	Limpar geladeiras, por dentro e por fora, que estejam vazias de produtos químicos. Verificar junto aos fiscais quais geladeiras limpar;	Trimestral
e	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras; Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Semestral
f	Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.	Anual

2.1.14. BIBLIOTECAS		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros;	Diária

	<p>Limpar telefones, evitando fazer a limpeza de bocais (e outras partes manuseáveis) com produto alergênico, usando apenas álcool 70% em todas as partes do aparelho;</p> <p>Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos;</p> <p>Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos;</p> <p>Passar pano seco e/ou úmido nos balcões/bancadas;</p> <p>Limpar maçanetas;</p> <p>Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;</p> <p>Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris;</p> <p>Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza.</p>	
b	Limpar portas e visores de vidro.	3 x por semana
c	<p>Limpar portas e batentes;</p> <p>Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas;</p> <p>Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido;</p> <p>Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés;</p> <p>Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.</p>	Quinzenal
d	<p>Limpeza de livros;</p> <p>Lavar e aplicar produto para conservação de pisos;</p> <p>Lavar cestos de lixo.</p>	Semestral
e	Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.	Anual
f	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras.	Sob demanda

2.1.15. SALAS DE LEITURAS		
ID	Atividade	Frequência
a	<p>Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário;</p> <p>Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros;</p> <p>Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos;</p> <p>Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos;</p> <p>Limpar maçanetas;</p> <p>Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;</p> <p>Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza.</p>	Diária
b	<p>Limpar portas e batentes;</p> <p>Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas;</p> <p>Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido;</p> <p>Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés;</p> <p>Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.</p>	Quinzenal
c	<p>Lavar e aplicar produto para conservação de pisos;</p> <p>Lavar cestos de lixo.</p>	Semestral
d	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras.	Sob demanda

2.1.16. ALMOXARIFADOS		
ID	Atividade	Frequência

a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar maçanetas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés.	Sob demanda (anual)
---	--	---------------------

2.1.17. GALPÕES		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar maçanetas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; Limpar grades e portões, etc.	Sob demanda (anual)

2.1.18. ARQUIVOS		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Limpar mesas e cadeiras/bancos; Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, etc; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar maçanetas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras; Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc. Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Sob demanda (semestral)

2.1.19. ELEVADORES		
ID	Atividade	Frequência
a	Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar portas, barras, batentes e espelhos; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza.	Diária
b	Limpar puxadores, painéis e botões internos e externos dos elevadores com álcool 70%.	2 x por dia

2.1.20. SAGUÃO / HALL / SALÃO		
ID	Atividade	Frequência
a	Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar maçanetas; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário.	2 x por dia
b	Limpar portas e visores de vidro.	3 x por semana

c	Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros.	2 x por semana
d	Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés.	Semanal
e	Limpar portas, barras e batentes; Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, etc; Lavar cestos de lixo; Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido.	Quinzenal
f	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras; Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Trimestral
g	Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.	Anual

2.1.21. ÁREAS DE CIRCULAÇÃO / CORREDORES / ESCADAS / RAMPAS / PÁTIOS COBERTOS		
ID	Atividade	Frequência
a	Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário;	2 x por dia
b	Limpar os corrimãos e barras;	Diária
c	Limpar bebedouros e purificadores com álcool 70%.	3 x por semana
d	Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés.	Semanal
e	Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, etc. Lavar cestos de lixo; Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.	Quinzenal
f	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras; Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Trimestral
g	Limpar grades e portões, etc.	Semestral
h	Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.	Anual

2.1.22. FARMÁCIA - ÁREA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO - FME		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário.	2 x por dia
b	Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar maçanetas; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza.	Diária
c	Limpar portas e visores de vidro.	3 x por semana

d	Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés.	Semanal
e	Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc; Lavar cestos de lixo;	Quinzenal
f	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras; Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Trimestral

2.1.23. FARMÁCIA - "ÁREA INTERNA" FME		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Passar pano seco e/ou úmido nos balcões/bancadas; Limpar maçanetas; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza.	Diária
b	Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés.	Semanal
c	Limpar portas, barras e batentes; Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc; Lavar cestos de lixo.	Quinzenal
d	Limpar arquivo morto (varrer e passar pano no chão); Lavar cestos de separação de medicamentos.	Mensal
e	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras.	Trimestral
f	Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos; Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Semestral

2.1.24. ÁREAS ADMINISTRATIVAS (DIRETORIA, VICE-DIRETORIA, SECRETARIA, SALA DE COORDENADOR E ORIENTADORES PEDAGÓGICOS, E SALA DOS PROFESSORES, SALAS DE SETORES DA ADMINISTRAÇÃO)		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário.	Diária
b	Limpar portas e visores de vidro.	2 x por semana
c	Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Passar pano seco e/ou úmido nos balcões/bancadas; Limpar maçanetas; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés; Limpar microondas, por dentro e por fora, que estejam vazios;	Semanal

	Limpar telefones, evitando fazer a limpeza de bocais (e outras partes manuseáveis) com produto alergênico, usando apenas álcool 70% em todas as partes do aparelho.	
d	Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, etc. Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.	Quinzenal
e	Remover o pó de cadeiras em tecido e efetuar a limpeza.	Sob demanda
f	Limpar geladeiras, por dentro e por fora, que estejam vazias. Verificar junto aos fiscais quais geladeiras limpar.	Trimestral
g	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras.	Semestral
h	Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos; Lavar e aplicar produto para conservação de pisos; Lavar cestos de lixo.	Anual

2.1.25. ÁREAS DE ATENDIMENTO (VIGIA)		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Passar pano seco e/ou úmido nos balcões/bancadas; Limpar telefones, evitando fazer a limpeza de bocais (e outras partes manuseáveis) com produto alergênico, usando apenas álcool 70% em todas as partes do aparelho; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas.	Diária
b	Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés.	Semanal
c	Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, etc.	Quinzenal
d	Lavar cestos de lixo.	Mensal
e	Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Trimestral
f	Remover o pó de cadeiras em tecido e efetuar a limpeza.	Sob demanda
g	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras.	Semestral
h	Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.	Anual

2.1.26. GUARITAS		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros; Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos;	Diária

	Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Passar pano seco e/ou úmido nos balcões/bancadas; Limpar telefones, evitando fazer a limpeza de bocais (e outras partes manuseáveis) com produto alergênico, usando apenas álcool 70% em todas as partes do aparelho; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas.	
b	Limpar bebedouros e purificadores com álcool 70%.	3 x por semana
c	Limpar portas e visores de vidro.	2 x por semana
d	Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés.	Semanal
e	Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas; Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, etc; Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido; Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.	Quinzenal
f	Lavar cestos de lixo.	Mensal
g	Remover o pó de cadeiras em tecido e efetuar a limpeza;	Sob demanda
h	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras; Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Semestral
i	Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.	Anual

3. ÁREAS EXTERNAS – ESTACIONAMENTOS, PASSEIOS, ARRUAMENTOS, ÁREAS DESCOBERTAS, PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES / CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES.

3.1. **CARACTERÍSTICAS:** consideram-se áreas externas – pisos pavimentados adjacentes / contíguos às edificações, áreas circundantes aos prédios, revestidas de cimento, lajota, cerâmica.

3.1.1. ESTACIONAMENTOS		
ID	Atividade	Frequência
a	Varrer;	2 x por semana
b	Limpar, lavar grades e portões, etc.	Semestral
c	Lavar com a máquina de alta pressão.	Anual

3.1.2. PASSEIOS		
ID	Atividade	Frequência
a	Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos.	Diária
b	Limpar, lavar grades e portões, etc.	Semestral
c	Lavar com a máquina de alta pressão.	Anual

3.1.3. ARRUAMENTOS		
ID	Atividade	Frequência

a	Varrer e remover manchas de pisos.	3 x por semana
b	Limpar, lavar grades e portões, etc.	Semestral
c	Lavar com a máquina de alta pressão;	Anual

3.1.4. ÁREAS DESCOBERTAS		
ID	Atividade	Frequência
a	Varrer e remover manchas de pisos.	Diária
b	Limpar, lavar grades e portões, etc.	Semestral
c	Lavar com a máquina de alta pressão.	Anual

3.1.5. PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e longarinas.	Diária
b	Limpar, lavar grades e portões, etc; Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Semestral

3.1.6. CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES		
ID	Atividade	Frequência
a	Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário; Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e longarinas;	Diária
b	Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés;	Semanal
c	Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas.	Quinzenal
d	Lavar cestos de lixo.	Mensal
e	Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras; Limpar, lavar grades e portões, etc; Lavar e aplicar produto para conservação de pisos.	Semestral

4. ROTINAS ESPECÍFICAS

4.1. HIGIENIZAÇÃO DOS CONTAINERS		
ID	Atividade	Frequência
a	Lavar os Containers pretos (resíduos comuns); Lavar os Containers brancos (resíduos biológicos).	Semestral
b	Lavar os Containers verdes (reciclável).	Mensal

4.2. ÁREAS CEDIDAS AOS DISCENTES (GRÊMIOS, CASA AMARELA, EMPRESA JÚNIOR)		
ID	Atividade	Frequência
a	<p>Remover Lixo e pesar, repondo o saco de lixo quando necessário;</p> <p>Limpar mesas e cadeiras/bancos removendo marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar e outros;</p> <p>Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos;</p> <p>Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos;</p> <p>Passar pano seco e/ou úmido nos balcões/bancadas;</p> <p>Limpar os azulejos;</p> <p>Limpar telefones, evitando fazer a limpeza de bocais (e outras partes manuseáveis) com produto alergênico, usando apenas álcool 70% em todas as partes do aparelho;</p> <p>Limpar maçanetas;</p> <p>Limpar portas, barras e batentes;</p> <p>Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;</p> <p>Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas;</p> <p>Remover, com pano úmido, o pó e lustrar os armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, etc.</p> <p>Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;</p> <p>Lavar cestos de lixo;</p> <p>Remover o pó de cadeiras em tecido e efetuar a limpeza;</p> <p>Limpar persianas e cortinas, exceto quando estas forem confeccionadas em tecido;</p> <p>Remover manchas, de qualquer natureza, de paredes, divisórias e pilastras;</p> <p>Limpar forros, tetos, paredes, divisórias e rodapés;</p> <p>Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;</p> <p>Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc</p> <p>Lavar e aplicar produto para conservação de pisos;</p> <p>Limpar microondas, por dentro e por fora, que estejam vazios;</p> <p>Limpar espelhos.</p>	Semestral

4.3. ABRIGOS DE RESÍDUOS QUÍMICOS		
ID	Atividade	Frequência
a	<p>Varrer, passar pano úmido e remover manchas de pisos;</p> <p>Limpar grades e portões, etc.</p>	Semestral

4.4. ABRIGOS DE RESÍDUO COMUM		
ID	Atividade	Frequência
a	Recolher o Lixo para disposição final.	3 x por semana
b	<p>Limpar, lavar grades e portões, etc;</p> <p>Lavar com máquina de alta pressão e aplicar produto para conservação de pisos.</p>	Mensal

4.5. ABRIGOS DE RESÍDUOS INFECTANTES/BIOLÓGICOS		
ID	Atividade	Frequência

a	Limpar, lavar grades e portões, etc; Lavar com máquina de alta pressão e aplicar produto para conservação de pisos.	Quinzenal
---	--	-----------

4.6. ABRIGOS DE RESÍDUOS DAS ÁREAS VERDES		
ID	Atividade	Frequência
a	Limpar, lavar grades e portões, etc; Lavar com máquina de alta pressão.	Semestral

4.7. ABRIGOS DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL		
ID	Atividade	Frequência
a	Limpar, lavar grades e portões, etc; Lavar com máquina de alta pressão.	Semestral

4.8. ABRIGOS DE RESÍDUOS DE RECICLÁVEIS		
ID	Atividade	Frequência
a	Recolher o Lixo para disposição final.	Quinzenal
b	Limpar, lavar grades e portões, etc; Lavar com máquina de alta pressão.	Mensal

4.9. REAGENTÁRIOS		
ID	Atividade	Frequência
a	Varrer e passar pano úmido nos pisos.	Semestral

4.10. ESQUADRIAS		
ID	Atividade	Frequência
a	Limpar todos os vidros externos - face interna/externa sem exposição de risco, aplicando-lhes produtos ante embaçantes; Limpeza de todos os brise-soleil (face interna/externa), e suas respectivas estruturas de sustentação; Limpar todos os vidros internos - face interna e externa, aplicando-lhes produtos ante embaçantes.	Quinzenal

4.11. FACHADAS		
ID	Atividade	Frequência
a	Lavar e limpar fachadas e janelas envidraçadas, com profissionais especializados e habilitados para serviços em condições de altura e risco.	Anual

5. PROCEDIMENTOS E PRODUTOS

5.1. Higienização de telas mosquiteiras (quando aplicável):

- Materiais Utilizados: Esponja de dupla face, balde, mangueira e pano específico;
- Produtos Permitidos: Sabão, detergente ou outro produto adequado;

- c) EPIs: Bota de borracha, avental impermeável, luva de látex e óculos de segurança.

5.2. **Higienização de pisos, rodapés, grelhas e ralos:**

- a) Materiais Utilizados: Pá para recolher resíduos, rodo, vassoura, pano de chão, balde, mangueira;
- b) EPIs: Bota de borracha, avental impermeável, luvas látex e óculos de segurança;
- c) Produtos Permitidos: Sabão, detergente, solução clorada ou outro produto adequado.

5.3. **Higienização de bancada de granito e melanina ou fórmica:**

- a) Materiais Utilizados: Esponja de dupla face, pano específico (descartável).
- b) Produtos Permitidos: Sabão, detergente, álcool 70% ou outro produto adequado.
- c) EPIs: Luva de látex e óculos de segurança.

5.3.1. **Procedimentos Específicos:**

- a) Retirar as sujidades com o auxílio de papel descartável;
- b) Esfregar com produto adequado, utilizando a face macia da esponja;
- c) Retirar o produto com um pano umedecido em água;
- d) Secar a superfície com pano descartável seco.

5.4. **Higienização de paredes, janelas e portas:**

- a) Materiais Utilizados: Esponja dupla face, pano específico, vassoura e balde.
- b) Produtos Permitidos: Sabão, detergente, álcool 70% ou outro produto adequado.
- c) EPIs: Bota de borracha, máscara, touca, avental impermeável, luvas látex e óculos de segurança.

5.5. **Higienização de Armários:**

- a) Materiais Utilizados: Esponja dupla face e pano específico.
- b) EPIs: Máscara, touca, avental impermeável, luva de borracha e óculos de segurança.
- c) Produtos Permitidos: Sabão, detergente, álcool 70° ou outro produto adequado.

5.5.1. **Procedimentos Específicos:**

- a) Esfregar com produto adequado, utilizando a face macia da esponja;
- b) Retirar o produto com um pano umedecido em água;
- c) Produtos Permitidos: sabão, detergente, álcool 70° ou outro produto adequado.

5.6. **Higienização das Lixeiras:**

- a) Materiais Utilizados: Esponja dupla face e pano seco.
- b) Produtos Permitidos: Sabão, detergente neutro, álcool 70% ou outro produto apropriado.
- c) EPIs: Bota de borracha, máscara, touca, avental impermeável, luva de borracha e óculos de segurança.

5.7. **Limpeza dos Container de Acondicionamento de Resíduos:**

- a) Materiais Utilizados: Vassoura, balde, mangueira, máquina de alta pressão e pano seco.
- b) Produtos Permitidos: Sabão, detergente neutro ou outro produto apropriado.
- c) EPIs: Bota de borracha, máscara, touca, avental impermeável, luva de borracha e óculos de segurança.

5.8. **Limpeza de Livros da Biblioteca:**

- a) Retirar os volumes das prateleiras obedecendo o sentido da esquerda para direita, colocando-os na mesma posição em um carrinho;
- b) Limpar as prateleiras com um pano levemente umedecido em álcool ou seco (obedecendo ao critério estabelecido pelo bibliotecário);
- c) Limpar os livros individualmente utilizando uma flanela seca e/ou uma trinchã nas lombadas (quando necessário em livros muito empoeirados);
- d) Após a limpeza os livros devem ser colocados.

5.9. **Limpeza de Fachadas:**

- a) Deverão ser utilizados para a execução dos serviços, a utilização de balancins manuais ou mecânicos (com contrapeso), ou ainda, andaimes do tipo fachadeiro.
- b) Para os funcionários designados a este serviço deverá ser comprovado que são certificados em curso da Norma Regulamentadora nº 35 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que trata do Trabalho em Altura.

5.10. **O que NÃO deve ser feito (No Geral):**

- a) Varrer a seco (usar vassoura) nas áreas internas;
- b) Fazer uso de panos para secagem de utensílios e equipamentos;

- c) Reutilizar embalagens vazias de produtos de higiene;
- d) Lavar panos de limpeza dentro do laboratório ou nos banheiros;
- e) Usar escovas, esponjas ou similares de metal, lã, palha de aço, madeira, amianto e materiais rugosos e porosos e materiais abrasivos;
- f) Evitar uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de "lustra-móveis";
- g) Evitar fazer a limpeza de partes que possam ter contato com os usuários com produtos potencialmente alergênicos;
- h) Para limpeza do mobiliário nunca utilizar produtos abrasivos, como sapólios, esponjas de limpeza com face áspera ou palha de aço;
- i) Limpar as bancadas quando estiverem ocupadas com utensílios de pesquisas.

5.11. Outras informações pertinentes:

- 5.11.1. Sempre que possível utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de evitar o uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e reduzir o uso de "lustra móveis";
- 5.11.2. Evitar fazer a limpeza de bocais (e outras partes manuseáveis) com produtos potencialmente alergênicos;
- 5.11.3. Usar técnica de dois baldes, sendo um com água e produto adequado, e outro com água para o enxágue;
- 5.11.4. Lavar as mãos antes e após cada procedimento, inclusive quando realizados com a utilização de luvas;
- 5.11.5. Cumprir o princípio de assepsia, iniciando a limpeza do local menos sujo/ contaminado para o mais sujo/ contaminado, de cima para baixo em movimento único, do fundo para frente e de dentro para fora;
- 5.11.6. Lavar os utensílios utilizados na prestação de serviços (mopps, esfregões, panos de limpeza, escovas, baldes, etc.) nas salas de utilidades ou em locais indicados pela unidade Contratante, diariamente;
- 5.11.7. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de:
 - 5.11.7.1. Evitar o uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis, além de eliminar o uso de lustra-móveis; e
 - 5.11.7.2. Evitar fazer a limpeza de partes que possibilitem o contato dos usuários com produtos potencialmente alergênicos.
- 5.11.8. Para limpeza do mobiliário, nunca utilizar produtos abrasivos como sapólios, esponjas de limpeza com face áspera ou palha de aço; e
- 5.11.9. Para limpeza e eliminação de manchas, utilizar técnica e produtos aprovados para cada tipo de material;
- 5.11.10. Esvaziar o conteúdo dos baldes no local indicado pela Unifesp, procedendo à higienização deles;
- 5.11.11. Os utensílios utilizados na prestação de serviços (mopps, esfregões, panos de limpeza, escovas, baldes, trapos, estopas, etc.) contaminados com produtos considerados tóxicos deverão ser segregados e ter destinação adequada indicada pela Unifesp.
- 5.11.12. As áreas que estiverem molhadas, deverão ser identificadas e isoladas evitando possíveis acidentes, inclusive durante a limpeza.

6. PRODUTIVIDADE

6.1. Nas condições usuais serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, de acordo com os parâmetros com base na IN 05/2017 e na produtividade observada no estudo realizado seguindo as rotinas e cronogramas supracitados.

6.1.1. Áreas internas:

- a) Pisos acarpetados: 800 m² a 1200 m² ;
- b) Pisos frios: 800 m² a 1200 m² ;
- c) Laboratórios: 500 m² a 700 m² ;
- d) Almoxxarifados/galpões: 1500 m² a 2500 m² ;
- e) Oficinas: 1200 m² a 1800 m² ;
- f) Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1000 m² a 1500 m²; e
- g) Banheiros: 100 m² a 150 m².

6.1.1.1. Os índices de produtividade informados na alínea g do item 6.1 foram reduzidos em relação aos valores da IN 05 de 26 de maio de 2017 devido a necessidade da manutenção do ambiente limpo e adequado para uso durante todo período de aulas, o que demanda, no mínimo, a utilização de 2 agentes de higienização (um em cada turno).

6.1.2. Áreas Externas:

- a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m² a 2700 m² ;
- b) Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m² a 9000 m²;
- c) Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1800 m² a 2700 m² ;
- d) Pátios e áreas verdes com média frequência: 1800 m² a 2700 m² ;
- e) Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1800 m² a 2700 m² ; e
- f) Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m² .

6.1.3. Esquadrias:

- a) Face externa com exposição a situação de risco: 130 m² a 160 m²;
- b) Face externa sem exposição a situação de risco: 400 m² a 500 m²; e
- c) Face interna: 400 m² a 500 m².

6.1.4. Fachadas Envidraçadas:

- a) 130 m² a 160 m², observada a periodicidade prevista no Projeto Básico.

Maria José Medina
Divisão de Serviços

Maria Fernanda Salgado Santos Mattos Pereira
Divisão de Gestão Ambiental

Marcia Nascimento Lima
Divisão de Gestão de Materiais



Documento assinado eletronicamente por **Maria Jose Medina, Assistente em Administração**, em 06/03/2026, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Fernanda Salgado Santos Mattos Pereira, Chefe de Divisão**, em 06/03/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Nascimento Lima, Administrador(a)**, em 06/03/2026, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **2795557** e o código CRC **BF6C3BC0**.

Referência: Processo nº 23089.029358/2024-72

Especificação do Processo: Criação de GT para proposição de solução para o serviço de limpeza e conservação no campus Diadema

Descrição do documento:

SEI nº 2795557

UNIDADE	EDIFÍCIO	PAVIMENTO	AMBIENTE	CLASSIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO 3	CLASSIFICAÇÃO 2	PISO	ÁREA
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISC	Face interna e externa c/ Risc	ESQUADRIAS		58,91
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISC	Face interna e externa s/ Risc	ESQUADRIAS		57,41
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISC	Face interna e externa c/ Risc	ESQUADRIAS		0,00
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risc	ESQUADRIAS		116,32
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	RAMPA ACESSO	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CONCRETO	9,54
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	ACESSO	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CONCRETO	14,60
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	ESCADA ACESSO	ESCADA EXTERNA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CONCRETO	2,94
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	ESCADA DE EMERGÊNCIA	ESCADA EXTERNA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CHAPA METÁLICA	15,29
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	SALA DE REUNIÃO 1	BIBLIOTECA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	6,86
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	SALA DE REUNIÃO 2	BIBLIOTECA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	6,86
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	DEPÓSITO BIBLIOTECA	BIBLIOTECA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	16,52
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	BIBLIOTECA	BIBLIOTECA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	406,68
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	COPA	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	7,35
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	ARQUIVO DESLIZANTE - SEC. ACADÊMICA	DEPÓSITO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	VINÍLICO	21,23
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	ESCADA	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	VINÍLICO	22,04
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	HALL	HALL	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	VINÍLICO	145,73
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	SALA DE PROFESSORES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	46,27
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	SALA DE TRABALHO - BIBLIOTECA	SALA DE TRABALHO - Biblioteca	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	31,86
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	3,60
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	16,12
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	0 - TERREO	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	20,15
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISC	Face interna e externa c/ Risc	ESQUADRIAS		60,61
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISC	Face interna e externa s/ Risc	ESQUADRIAS		0,00
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISC	Face interna e externa c/ Risc	ESQUADRIAS		0,00
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risc	ESQUADRIAS		60,61
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	VINÍLICO	134,99
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	SALA DE AULA 02	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	62,14
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	SALA DE AULA 04	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	63,16
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	SALA DE AULA 05	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	63,50
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	SALA DE AULA 07	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	63,78
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	SALA DE AULA 03	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	64,07
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	SALA DE AULA 06	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	64,12
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	SALA DE AULA 08	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	64,69
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	SALA DE AULA 01	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	67,50
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	SALA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	13,16
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	26,49
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	1º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	26,49
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISC	Face interna e externa s/ Risc	ESQUADRIAS		46,50
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risc	ESQUADRIAS		46,50
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SALÃO CASA DE MADEIRA 1	CASAS DE MADEIRA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	146,57
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	COPA CASA DE MADEIRA 1	CASAS DE MADEIRA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	25,58
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	DESPENSA CASA DE MADEIRA 1	CASAS DE MADEIRA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	8,39
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SALA 1 CASA DE MADEIRA 1	CASAS DE MADEIRA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	8,05
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SALA 2 CASA DE MADEIRA 1	CASAS DE MADEIRA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	6,75
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SANITÁRIO MASC CASA DE MADEIRA 1	CASAS DE MADEIRA	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	2,19
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SANITÁRIO FEM CASA DE MADEIRA 1	CASAS DE MADEIRA	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	2,46
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SANITÁRIO PCD CASA DE MADEIRA 1	CASAS DE MADEIRA	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	3,28
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISC	Face interna e externa s/ Risc	ESQUADRIAS		42,40
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risc	ESQUADRIAS		42,40
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	VARANDA CASA DE MADEIRA 2	CASAS DE MADEIRA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CERÂMICO	23,99
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SALÃO CASA DE MADEIRA 2	CASAS DE MADEIRA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	122,51
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SALA 1 CASA DE MADEIRA 2	CASAS DE MADEIRA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	16,84
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SALA 2 CASA DE MADEIRA 2	CASAS DE MADEIRA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	17,14
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SALA 3 CASA DE MADEIRA 2	CASAS DE MADEIRA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	6,75
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SALA 4 CASA DE MADEIRA 2	CASAS DE MADEIRA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	8,05
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SANITÁRIO MASC CASA DE MADEIRA 2	CASAS DE MADEIRA	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	2,19

JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SANITÁRIO FEM CASA DE MADEIRA 2	CASAS DE MADEIRA	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	2,46
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CASA DE MADEIRA	SANITÁRIO PCD CASA DE MADEIRA 2	CASAS DE MADEIRA	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	3,28
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		3,96
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		3,96
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	TERCEIRIZADOS COPA LIMPEZA	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	21,93
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	ALMOXARIFADO ADMINISTRAÇÃO	DEPÓSITO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	VINÍLICO	20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	TERCEIRIZADOS DEPÓSITO 1	DEPÓSITO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	13,14
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	TERCEIRIZADOS DEPÓSITO 2	DEPÓSITO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	13,14
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	TERCEIRIZADOS COPA MANUTENÇÃO	DEPÓSITO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	19,75
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	TERCEIRIZADOS EQUIPE DE SEGURANÇA	DEPÓSITO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	13,14
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	DEPÓSITO LIMPEZA	DEPÓSITO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	8,73
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	CONTEINER EMPRESAS JUNIOR - SALA 1	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	22,00
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	CONTEINER EMPRESAS JUNIOR - SALA 2	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	8,70
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	CONTEINER EMPRESAS JUNIOR - SALA 3	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	8,70
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	CONTEINER	VESTIÁRIO LIMPEZA	VESTIÁRIO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	8,73
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	EXTERNO	GRAMADO	EXT. - ÁREA VERDE	Coleta de Detritos	ÁREAS VERDES	TERRA	3276,15
JOSÉ ALENCAR	JA - COMPLEXO DIDÁTICO	EXTERNO	PAVIMENTADO	EXT. - PAVIMENTADO	Passeios e Arruamentos	EXTERNO	CONCRETO	6289,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		192,67
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		60,92
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		485,87
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	TERRAÇO - NAE	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	19,54
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	CIRCULAÇÃO - ACESSO	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	90,96
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	ESCADA ACESSO	ESCADA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	32,76
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	TERRAÇO COBERTO	EXT. - PAVIMENTADO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	59,68
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	SALA VAZIA (próx. terraço)	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	5,49
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	T.I.	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	3,38
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	DML	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		3,22
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	ACESSO DML	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO		3,18
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	HALL SANITÁRIO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	5,18
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	HALL ELEVADOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	25,85
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	HALL ELEVADOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	36,66
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	175,09
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	NAE - ARQUIVO	DEPÓSITO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	GRANILITE	4,50
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	ALMOXARIFADO	DEPÓSITO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO		11,99
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	ELEVADOR	ELEVADOR	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		6,96
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	ACESSO ESCADA DE EMERGÊNCIA	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	14,25
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	16,42
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	LAB. INFORMÁTICA	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	GRANILITE	158,86
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	LAB. INFORMÁTICA	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	GRANILITE	161,72
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	SALA LIFE 3	SALA DE INFORMÁTICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	53,19
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	SALA LIFE 1	SALA DE INFORMÁTICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	54,07
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	SALA LIFE 2	SALA DE INFORMÁTICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	54,47
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	NAE ATENDIMENTO 01	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	11,36
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	NAE ATENDIMENTO 03	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	11,36
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	NAE ATENDIMENTO 02	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	11,46
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	SALA REGULAÇÃO SENSORIAL	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	20,60
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	NAE	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	64,33
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		3,29
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	SANITÁRIO PCD - NAE	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		3,66
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-1 PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		99,14
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		17,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		116,14
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	HALL SANITÁRIO	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	2,58
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	HALL FU	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	29,44
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	CIMENTADO	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO	67,90

JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	217,35
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	ESCADA ACESSO	ESCADA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	32,76
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	ARQUIBANCADA	ESCADA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	20,79
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	DML	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		4,79
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	RESÍDUOS	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		1,44
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	CIRCULAÇÃO ADM	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	16,36
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	ACESSO ESCADA DE EMERGÊNCIA	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	24,60
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	CIRCULAÇÃO MANIPULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO		32,83
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	16,39
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	HALL ELEVADOR	HALL	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO		17,69
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	LAVAGEM	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO		7,52
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	CONFERÊNCIA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO		7,78
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	EMBALAGENS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO		7,80
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	HOMEOPATIA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO		8,35
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	DEPÓSITO DE MATÉRIA PRIMA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO		10,93
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	CONTROLE DE QUALIDADE	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO		11,51
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	LÍQUIDOS E SEMI SÓLIDOS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO		16,78
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	ENCAPSULAÇÃO	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO		17,15
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	SALA DE AULA - FU	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		39,04
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	ESTOQUE II	SALA DE TRABALHO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO		10,12
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	PARAMENTAÇÃO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		5,46
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	RECEBIMENTO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		15,35
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	COPA	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		5,40
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	SALA DE TRABALHO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		7,77
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	ADMINISTRAÇÃO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		8,20
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	SALA AF	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		8,20
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		2,58
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		8,50
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-2 PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		8,50
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	JARDIM	EXT. - ÁREA VERDE	Coleta de Detritos	ÁREAS VERDES	GRAMADO	111,68
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		78,45
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		78,45
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	CABINE DE ENERGIA	ÁREA TÉCNICA		EXTERNO	GRANILITE	
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	ACESSO PEDESTRES	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	170,91
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	CIMENTADO	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO	84,34
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	RAMPA ACESSO	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO	35,48
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	ACESSO CABINE	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO	12,36
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	ARQUIBANCADA	ESCADA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	20,79
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	ESCADA ACESSO	ESCADA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	32,76
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	ACESSO SERVIÇO	EXT. - PAVIMENTADO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO		65,99
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	ESTOQUE F.U.	ÁREA TÉCNICA	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	EPÓXI	53,71
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	SALA DE MÁQUINAS AC	ÁREA TÉCNICA	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO		26,91
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	SALA TI	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	8,83
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	SALA DE BAIXA TENSÃO	ÁREA TÉCNICA		INTERNO	GRANILITE	
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	SALA MÉDIA TENSÃO	ÁREA TÉCNICA		INTERNO		
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	SALA NO BREAK	ÁREA TÉCNICA		INTERNO		
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	CIRCULAÇÃO BANHEIROS F.U. FME	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	11,38
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	17,59
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	24,93
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	CIRCULAÇÃO COPA FU	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	5,96
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	CIRCULAÇÃO INTERNA F.U. FME	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	EPÓXI	25,43
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	ACESSO RESÍDUOS	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO		1,71
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	RECEPÇÃO UNIFESP/FU	CIRCULAÇÃO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	82,42
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	COPA FU FME	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	12,76
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	RESÍDUOS ELETRÔNICOS/LÂMPADAS	DEPÓSITO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO		4,19
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	RESÍDUO COMUM	DEPÓSITO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO		6,16
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	RESÍDUOS RECICLÁVEIS	DEPÓSITO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO		9,03

JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	ELEVADOR	ELEVADOR	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		6,96
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	16,39
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	HALL ELEVADOR	HALL	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	36,59
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	DISPENSACÃO FU	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	69,01
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		2,70
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	VESTIÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		22,17
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	-3 PAV	VESTIÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		22,17
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		79,36
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		164,33
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		243,69
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	DOCA	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO		35,34
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	TERRAÇO - REFEITÓRIO	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	43,86
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	TERRAÇO - LATERAL	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	145,89
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	HALL EXTERNO	EXT. - PAVIMENTADO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	268,32
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	ACESSO	EXT. - PAVIMENTADO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	157,77
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	DEPÓSITO ADM	ÁREA TÉCNICA	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	GRANILITE	25,46
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	ESCRITÓRIO	ÁREA TÉCNICA	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	GRANILITE	11,86
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	DEPÓSITO ADM ABERTO	ÁREA TÉCNICA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CONCRETO	56,04
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	COZINHA RU	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		44,82
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	BUFFET RU	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	66,42
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	DML RU	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		9,68
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	CANTINA	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		36,57
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	REFEITÓRIO NEURODIVERGENTES	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		45,37
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	CIRCULAÇÃO INTERNA	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	82,15
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	HALL SANITÁRIO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	5,18
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	ACESSO ESCADA DE EMERGÊNCIA 01	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	14,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	ESCADA DE EMERGÊNCIA 01	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	16,42
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	ACESSO ESCADA DE EMERGÊNCIA 02	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	14,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	ESCADA DE EMERGÊNCIA 02	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	16,42
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	REFEITÓRIO	REFEITÓRIO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	547,16
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	ATENDIMENTO RU	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	5,01
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	PET	SALA DE TRABALHO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO		20,16
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	VESTIÁRIO FEMININO - RU	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		13,97
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	VESTIÁRIO MASCULINO - RU	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		13,97
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		3,29
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		3,29
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		20,71
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	0 - TERREO	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		20,71
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		302,93
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		52,36
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		355,28
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	TERRAÇO - APOIO DOCENTES	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	19,54
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	TERRAÇO - PRÁT. FARM.	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	19,54
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	TERRAÇO	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	57,89
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	DML - Armários	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		2,97
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	RESÍDUOS - DML	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		4,34
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	HALL SANITÁRIO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	5,18
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	HALL SANITÁRIO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	5,18
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	177,28
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	HALL ELEVADOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	34,76
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	HALL ELEVADOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	34,76
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	ESCADA METÁLICA 0-1	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CHAPA METÁLICA	21,83
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	ACESSO ESCADA DE EMERGÊNCIA 01	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	14,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA 01	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	16,42
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	ACESSO ESCADA DE EMERGÊNCIA 02	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	14,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA 02	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	16,42
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	VAZIO SOB A ESCADA	HALL	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	32,49

JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	EXPOSIÇÃO	HALL	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	GRANILITE	87,83
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	LAB. PRÁTICAS FARMACÊUTICAS	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS INTERNO		75,84
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SALA DE AULA 13	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	72,73
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SALA DE AULA 14	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	72,83
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SALA DE AULA 12	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	72,93
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SALA DE AULA 16	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	74,25
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SALA DE AULA 11	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	108,57
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SALA DE AULA 15	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	150,96
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	T.I.	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	3,38
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	CÂMARA DE GRADUAÇÃO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	16,29
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SALA DE DOCENTES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	20,60
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SALA DE DOCENTES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	20,60
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SALA DE REUNIÃO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	22,40
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SALA DE APOIO - DOCENTES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	34,28
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	CÂMARA DE EXTENSÃO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	36,08
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	APOIO PEDAGÓGICO/DAE	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	37,18
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SECRETARIA DE GRADUAÇÃO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	77,92
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO		3,29
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO		3,29
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	1º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS	280,92
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	20,04
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	300,96
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	TERRAÇO - SALA 29	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont EXTERNO	GRANILITE	20,25
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	TERRAÇO	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont EXTERNO	GRANILITE	31,37
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	DML - Armários	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO		3,02
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	RESÍDUOS - DML	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO		4,16
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	HALL SANITÁRIO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	GRANILITE	5,18
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	HALL SANITÁRIO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	GRANILITE	5,18
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	HALL ELEVADOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	GRANILITE	37,13
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	HALL ELEVADOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	GRANILITE	37,13
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	GRANILITE	163,75
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	ESCADA METÁLICA 1-2	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	CHAPA METÁLICA	21,83
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	ACESSO ESCADA DE EMERGÊNCIA 01	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	GRANILITE	14,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA 01	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	GRANILITE	16,42
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	ACESSO ESCADA DE EMERGÊNCIA 02	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	GRANILITE	14,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA 02	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	GRANILITE	16,42
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SALA DE AULA 29	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	72,77
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SALA DE AULA 22	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	74,92
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SALA DE AULA 26	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	75,89
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SALA DE AULA 27	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	75,92
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SALA DE AULA 23	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	75,07
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SALA DE AULA 24	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	75,95
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SALA DE AULA 28	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	114,77
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SALA DE AULA 21	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	114,72
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SALA DE AULA 25	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	153,62
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	T.I.	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	3,33
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	REUNIÃO NAI	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	11,12
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SALA DE DOCENTES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	20,60
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SALA DE DOCENTES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	20,63
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SALA DE DOCENTES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	21,77
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	NAI	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS INTERNO	GRANILITE	24,52
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO		3,28
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO		3,29

JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	2º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS	330,86
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	16,51
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	347,37
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	VARANDA	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE 13,54
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	DML - Armários	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	3,02
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	RESÍDUOS - DML	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	4,16
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	T.I.	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 3,38
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	HALL SANITÁRIO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 5,18
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	HALL SANITÁRIO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 5,18
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	PASSARELA	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 19,64
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	HALL ELEVADOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 36,58
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	HALL ELEVADOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 36,58
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	CIRCULAÇÃO INTERNA	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 80,96
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 164,04
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	ESCADA METÁLICA 2-3	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CHAPA METÁLICA 22,85
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	ACESSO ESCADA DE EMERGÊNCIA 01	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 14,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA 01	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 16,42
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	ACESSO ESCADA DE EMERGÊNCIA 02	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 14,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA 02	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 16,42
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SALA DE AULA 34	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 72,70
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SALA DE AULA 33	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 72,76
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SALA DE AULA 32	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 72,95
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SALA DE AULA 36	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 74,92
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SALA DE AULA 37	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 74,92
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SALA DE AULA 31	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 108,57
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SALA DE AULA 38	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 114,77
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SALA DE AULA 35	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 153,62
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	LAPECMA	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 73,13
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	REUNIÃO LAPECMA	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 11,36
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SALA DE DOCENTES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 20,60
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SALA DE DOCENTES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 20,64
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SALA DE DOCENTES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 22,08
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SALA DE DOCENTES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 24,87
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	3,28
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	3,29
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	3º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	20,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	COBERTURA	COBERTURA/TERRAÇO	EXT. - PAVIMENTADO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO 1078,70
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	COBERTURA	ÁREA TÉCNICA	ÁREA TÉCNICA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	280,26
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	COBERTURA	ESCADA METÁLICA	ÁREA TÉCNICA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	2,30
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	COBERTURA	ESCADA METÁLICA	ÁREA TÉCNICA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	2,30
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	COBERTURA	CASA DE MÁQUINAS 01	ÁREA TÉCNICA		INTERNO	
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	COBERTURA	CASA DE MÁQUINAS 02	ÁREA TÉCNICA		INTERNO	
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	COBERTURA	BARRILETE/CENTRAL DE INCÊNDIO	ÁREA TÉCNICA		INTERNO	GRANILITE
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	COBERTURA	BARRILETE	ÁREA TÉCNICA		INTERNO	GRANILITE
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	COBERTURA	CIRCULAÇÃO 01	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 19,11
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE ACESSO	COBERTURA	CIRCULAÇÃO 02	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 19,11
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	124,73
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	124,73
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA	ESCADA EXTERNA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CHAPA METÁLICA 16,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	SHAFT 01	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CIMENTO 2,32

JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	SHAFT 02	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CIMENTO	2,25
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	CABINE SECUNDÁRIA	ÁREA TÉCNICA		INTERNO	CIMENTO	
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	ACESSO SALA DE FREEZERS	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	9,72
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	HALL SANITÁRIO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	6,20
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	ACESSO ESTACIONAMENTO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	10,90
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	RAMPAS / ESCADA	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	22,11
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	ACESSO SALAS DE PROFESSORES	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	26,44
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	REFEITÓRIO TERCEIRIZADOS	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	17,38
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	DEPÓSITO BIOTÉRIO	DEPÓSITO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	CERÂMICO	6,29
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	VAZIO	DEPÓSITO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	6,29
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	DEPÓSITO MANUTENÇÃO	DEPÓSITO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	10,95
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	ELEVADOR	ELEVADOR	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	8,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	HALL	HALL	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	95,13
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	SALA DE FREEZERES	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	30,52
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	LAB DRX	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	15,88
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	LAB. MATERIAIS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	27,87
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	BIOTÉRIO DE PEIXES	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	EPÓXI	27,93
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	LAB. LEGO	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	33,97
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	BIOTÉRIO DE LARVAS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS NB2	INTERNO	EPÓXI	5,53
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	111,93
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	ARQUIVO MORTO	SALA DE ARQUIVO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	CERÂMICO	17,54
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	SALA DE REUNIÕES/VIDEO CONFERÊNCIA	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	17,54
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	SALA DOCENTES 05	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	21,31
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	SALA DOCENTES 01	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	21,32
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	SALA DOCENTES 03	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	21,32
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	SALA DOCENTES 04	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	21,32
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	SALA DOCENTES 02	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	21,33
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	NATEPE	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	36,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	11,64
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	-1 PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	12,33
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		1,79
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		154,74
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		156,53
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	LAVADORAS DE GASES	ÁREA TÉCNICA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO	57,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	CIRCULAÇÃO EXTERNA	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	85,93
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	ACESSO	CIRCULAÇÃO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CERÂMICO	36,96
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	ESCADA DE EMERGÊNCIA	ESCADA EXTERNA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CONCRETO	20,59
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	SHAFT	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CIMENTO	2,25
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	CIRCULAÇÃO INTERNA	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	52,96
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	RAMPAS	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CONCRETO	76,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	HALL	HALL	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	56,70
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	LAB. QUAL. BIOL. E MICROBIO.	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	54,46
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	LAB. CIENCIAS DOS ALIMENTOS	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	84,25
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	LAB. TEC. FARMACEUTICA E COSMÉTICOS	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	108,46
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	LAB. O. P.	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	109,36
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	SALA DE APOIO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	25,66
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	2,48
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	10,72
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	0 - TERREO	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	13,63
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		146,15
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		13,73
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		215,88
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA	ESCADA EXTERNA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CONCRETO	16,95
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	SHAFT	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CIMENTO	2,25
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	DML	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	2,48
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	RAMPAS	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	52,30
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	VINÍLICO	110,18

JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	LAB. PLATAFORMA GENÔMICA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	25,90
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	S.L.P.	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	32,04
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	LAB. INFLAMAÇÃO FARMACOLOGIA VASCULAR	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	62,80
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	LAB. FISI. ADIPÓCITO E NEUROBIOLOGIA DA COGNIÇÃO	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS NB2	INTERNO	VINÍLICO	26,07
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	LAB. MULT. SAÚDE E MEIO AMBIENTE	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS NB2	INTERNO	VINÍLICO	125,73
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	LAB DID. INSTRUMENTAL	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	142,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	SALA PÓS GRADUAÇÃO 02	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	25,28
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	SALA PÓS GRADUAÇÃO 01	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	26,50
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	10,72
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	1º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	13,63
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		146,15
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		13,73
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		271,88
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA	ESCADA EXTERNA	Pavimentados adjacentes/conte	EXTERNO	CONCRETO	16,95
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	SHAFT	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CIMENTO	2,25
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	DML	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	2,48
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	RAMPAS	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVRES	INTERNO	GRANILITE	52,30
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVRES	INTERNO	VINÍLICO	154,41
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	LAB. FARMAC. COSM. SL 01	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	13,49
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	LAB. FARMAC. COSM. SL 02	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	26,18
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	LAB. FARMAC. COSM.	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	65,68
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	LAB. INSUMOS NAT. E SINT.	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	104,47
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	LAB. MAT. HÍBRIDOS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	209,30
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	10,72
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	2º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	13,63
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		146,15
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		13,73
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		271,88
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA	ESCADA EXTERNA	Pavimentados adjacentes/conte	EXTERNO	CONCRETO	16,95
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	SHAFT	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CIMENTO	2,25
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	DML	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	2,48
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	RAMPAS	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVRES	INTERNO	GRANILITE	52,30
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVRES	INTERNO	VINÍLICO	154,41
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	LAB. ENG. E CONT. AMBIENTAL	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	104,65
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	LAB. MATÉRIA E ENERGIA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	104,82
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	LAB. DES. PROC. QUÍMICOS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	106,57
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	LAB. BIOTECNOLOGIA E SIST. NATURAIS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS NB2	INTERNO	GRANILITE	104,47
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	10,72
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	3º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	13,63
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		146,15
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		13,73
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		229,88
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA	ESCADA EXTERNA	Pavimentados adjacentes/conte	EXTERNO	CONCRETO	16,95
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	SHAFT	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CIMENTO	2,25
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	DML	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	2,48
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	RAMPAS	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVRES	INTERNO	GRANILITE	52,30
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVRES	INTERNO	VINÍLICO	154,41
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB. MICROSCOPIA CONFOCAL	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	7,67
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB PLAT. PROTEÔMICA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	19,46
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB FÍSICA E ASTROFÍSICA NUCLEAR	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	19,60
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB TECNICO COMPUTACIONAL FÍSICA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	19,60
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB FÍSICA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	20,66
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB. FÍSICA TEORICA E MAT. APLICADA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	20,66
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB PLAT. PROTEÔMICA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	20,78
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB TECNICO COMPUTACIONAL FÍSICA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	20,84
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB. ECON. SAÚDE E POLUIÇÃO AMB.	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	20,84
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB FÍSICA E ASTROFÍSICA NUCLEAR	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	20,96

JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB. GEO. AMB. E CIENCIA DO SOLO	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	106,22
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB. FÍSICA E ASTROFÍSICA NUCLEAR	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS NB2	INTERNO	VINÍLICO	15,43
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	SALA DE LAVAGEM	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS NB2	INTERNO	VINÍLICO	15,43
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	LAB. IMUNOLOGIA CELULAR E BIO.	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS NB2	INTERNO	VINÍLICO	86,29
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	10,72
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	4º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	13,63
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		146,15
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		17,01
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		177,16
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	ESCADA DE EMERGÊNCIA	ESCADA EXTERNA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CONCRETO	18,78
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	ANFITEATRO	ANFITEATRO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	106,46
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	DEPÓSITO	ÁREA TÉCNICA	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	VINÍLICO	3,76
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	SHAFT	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CIMENTO	2,25
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	CORREDOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	VINÍLICO	8,69
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	CORREDOR ADM	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	VINÍLICO	33,57
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	CORREDOR RH	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	VINÍLICO	34,08
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	COPA	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	6,02
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	ESCADAS	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CERÂMICO	10,72
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	HALL	HALL	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	VINÍLICO	79,38
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	SALA DE ESTÁGIO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	12,74
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	SALA DE DEPTO. 02	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	13,47
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	SEC. DIR. ACADÊMICA	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	13,96
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	SALA DE DEPTO. 01	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	16,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	SALA DE DIRETORIA ADM.	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	17,33
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	DIRETORIA ACADÊMICA	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	22,70
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	SECRETARIA DE PÓS GRAD.	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	32,55
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	R.H.	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	34,09
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	INFRAESTRUTURA E GESTÃO AMBIENTAL	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	53,28
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	ADMINISTRAÇÃO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	79,13
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	2,45
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	2,48
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	SANITÁRIO RH	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	2,95
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	5º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	9,23
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		2,99
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		2,99
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	CIRCULAÇÃO EXTERNA	EXT. - PAVIMENTADO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO	38,93
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	TERRAÇO	EXT. - PAVIMENTADO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO	332,80
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	BARRILETE	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CIMENTO	7,60
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	SHAFT	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CIMENTO	2,03
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	DML	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	8,45
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	CIRCULAÇÃO INTERNA	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	VINÍLICO	36,98
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	ESCADAS	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CERÂMICO	10,71
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	REFEITÓRIO	REFEITÓRIO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	43,32
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	SALA DE TERCEIRIZADOS	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	18,82
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	T.I.	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	65,04
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	6º PAV	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	2,03
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	7º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		1,80
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	7º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		1,80
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	7º PAV	CASA DE MÁQUINAS	ÁREA TÉCNICA		INTERNO	CIMENTO	
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	7º PAV	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CIMENTO	7,60
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	EXTERNO	GRAMADO	EXT. - ÁREA VERDE	Coleta de Detritos	ÁREAS VERDES	TERRA	846,86
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	EXTERNO	ESTACIONAMENTO/PASSEIO	EXT. - PAVIMENTADO	Passeios e Arruamentos	EXTERNO	CONCRETO	2900,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	EXTERNO	PELE DE VIDRO (EXTERNO)	FACHADA ENVIDRAÇADA			FACHADA ENVIDRAÇADA	
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	EXTERNO	PELE DE VIDRO (INTERNO)	FACHADA ENVIDRAÇADA			FACHADA ENVIDRAÇADA	
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	EXTERNO	CONTAINER - BIOTÉRIO DE RATOS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	128,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	EXTERNO	CONTAINER	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	41,00
JOSÉ ALENCAR	JA - EDIFÍCIO DE PESQUISAS	EXTERNO	CONTAINER - LIMIC	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS NB2	INTERNO	VINÍLICO	82,00

JOSÉ DE FILIPPI	JF - ALMOXARIFADO E SALA LID 0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	4,86	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ALMOXARIFADO E SALA LID 0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	4,86	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ALMOXARIFADO E SALA LID 0 - TERREO	ESCADA EXTERNA	ESCADA EXTERNA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	21,45	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ALMOXARIFADO E SALA LID 0 - TERREO	ALMOXARIFADO	DEPÓSITO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	CERÂMICO 19,80	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ALMOXARIFADO E SALA LID 0 - TERREO	SALA DO LIDER	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO 9,00	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	EXT. - ÁREA VERDE	Coleta de Detritos	ÁREAS VERDES	TERRA 2337,10	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	37,18	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	37,18	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	ESCADA EXTERNA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO 21,82	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	ESCADA EXTERNA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO 30,17	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	RUA P1	Passeios e Arruamentos	EXTERNO	INTERTRAVADO 701,80	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	ESTACIONAMENTO P2	Passeios e Arruamentos	EXTERNO	ASFALTO 658,17	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	CIRCULAÇÃO ESCOTEIROS	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO 398,23	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	CIRCULAÇÃO CONTÊINERS	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO 709,00	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	CIRCULAÇÃO EXT. PESQUISA/PÁTIO CENTRAL	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO 942,06	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	CIRCULAÇÃO REFEITÓRIO/MANDALA	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO 380,06	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	ALPENDRE	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO 52,45	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	ABRIGO DE RESÍDUOS QUÍMICOS	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	EPÓXI 44,85
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	GUARITA P1	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO 2,87
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	GUARITA P2	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO 2,87
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ÁREA EXTERNA	EXTERNO	REFEITÓRIO	REFEITÓRIO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CIMENTO 108,03
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	12,24	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	12,24	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	DEPÓSITO NATEPE	ÁREA TÉCNICA	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	VINÍLICO 39,45	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	DEPÓSITO BIOTÉRIO	ÁREA TÉCNICA	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	VINÍLICO 12,18	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	CASA DE MADEIRA MANUTENÇÃO	DEPÓSITO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	VINÍLICO 32,60	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	LECON	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO 21,17	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	MÓDULO 7	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO 13,11	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	MÓDULO 8	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO 13,05	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	LABCLIP	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO 12,98	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	CHTC	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO 12,98	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	CONTÊINER 2	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO 12,98	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	LAPAE	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO 48,37	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	BIOTÉRIO ECTOTÉRMICOS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO 19,10	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	PÓS GRADUAÇÃO ECOLOGIA E EVOLUÇÃO	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO 39,50	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - CONTEINERES ELDORADO 0 - TERREO	SALA PROF. DR. ELISALDO CARLINI	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO 15,66	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS	43,13	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	4,59	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS	39,73	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	16,05	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	DEPÓSITO (ESCADA)	ÁREA TÉCNICA	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	GRANILITE 4,80	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	DEPÓSITO (RAMPA)	ÁREA TÉCNICA	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	CIMENTO 10,07	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	EQUIPAMENTOS NATEPE	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 4,37	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	D.M.L	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 5,53	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	RAMPA (DESCE)	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CIMENTO 36,80	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	RAMPA (SOBE)	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CIMENTO 63,28	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	CORREDOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 128,70	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	ALPENDRE/SAÍDA TÊRREO	CIRCULAÇÃO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CIMENTO 16,70	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	COPA NATEPE	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 6,40	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	ESCADAS	ESCADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 15,60	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	HALL	HALL	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE 51,58	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	LABORATÓRIO DIDÁTICO 01	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	GRANILITE 88,50	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	LABORATÓRIO DIDÁTICO 02	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	GRANILITE 110,91	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	ALMOXARIFADO NATEPE	NATEPE	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	GRANILITE 21,28	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	SALA DE PREPARO	NATEPE	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 21,19	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	SALA DE EQUIPAMENTOS	NATEPE	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 21,28	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO 0 - TERREO	SALA DE REAGENTES	NATEPE	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE 21,37	

JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	0 - TERREO	NATEPE	NATEPE	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	35,48
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	0 - TERREO	REAGENTÁRIO	NATEPE	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	49,64
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	0 - TERREO	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	GRANILITE	3,96
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	0 - TERREO	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	GRANILITE	18,15
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	0 - TERREO	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	GRANILITE	18,15
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		57,34
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		39,28
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		21,53
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	SALA DE REDE	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	14,56
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	DML	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	4,42
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	RAMPAS	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CIMENTO	63,28
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	CORREDOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	133,45
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	ESCADAS	ESCALADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	15,60
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	HALL	HALL	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	51,58
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	COLEÇÃO ZOOLOGICA SECA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	GRANILITE	3,96
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	LABORATÓRIO DIDÁTICO 03	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	GRANILITE	99,70
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	LABORATÓRIO DIDÁTICO 04	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	GRANILITE	99,70
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	LABORATÓRIO DIDÁTICO 05	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	118,40
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	LAMINÁRIO	NATEPE	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	9,48
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	SALA DE PREPARO	NATEPE	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	21,28
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	GRANILITE	4,37
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	GRANILITE	28,25
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	1º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	GRANILITE	28,70
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		86,97
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		6,52
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		39,51
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		55,99
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	FUNDOS COZINHA (EXTERNO)	EXT. - PAVIMENTADO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO	14,29
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	HALL RU	HALL	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	GRANILITE	58,60
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	DML	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	4,42
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	RAMPAS	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CIMENTO	63,28
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	CORREDOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	147,35
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	ÁREA DE LAVAGEM RU	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CONCRETO	4,99
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	COZINHA RU	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	26,80
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	ESTOQUE RU	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	5,76
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	BUFFET RU	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	54,18
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	CONFORTO	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	14,56
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	CANTINA	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	16,27
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	ESCADAS	ESCALADA	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	15,60
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	HALL	HALL	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	GRANILITE	51,77
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	LABORATÓRIO FTIR	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	9,38
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	LAB. PESQUISA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	21,28
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	LABORATÓRIO NIPE	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	88,50
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	LABORATÓRIO DIDÁTICO 06	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	110,90
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	SALA DE APOIO TÉCNICO - CESM	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	4,30
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	SALA DE PROFESSORES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	43,10
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	SALA DE PROFESSORES	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	57,80
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	GRANILITE	5,22
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	GRANILITE	13,60
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	GRANILITE	13,60
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	28,25
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	2º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	28,70
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	3º PAV	JARDIM	EXT. - ÁREA VERDE	Coleta de Detritos	ÁREAS VERDES	CERÂMICO	34,06
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	3º PAV	CIRCULAÇÃO	EXT. - PAVIMENTADO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CONCRETO	101,23
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	3º PAV	LABORATÓRIO 3	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CONCRETO	10,77
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	3º PAV	LABORATÓRIO 2	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	27,40
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DIDÁTICO	3º PAV	LABORATÓRIO 1	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	33,05

JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	51,20	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	51,20	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	VINÍLICO	33,89	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	CERÂMICO	34,34	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	COPA	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	8,20
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	SALA DE INFORMÁTICA DESATIVADO	DEPÓSITO	ALMOXARIFADOS/GALPÕES	INTERNO	GRANILITE	50,40
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	SALA DE ARMÁRIOS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	GRANILITE	50,14
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	LABORATÓRIO	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	GRANILITE	19,45
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	LABORATÓRIO HERBÁRIO	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	VINÍLICO	33,60
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	ORIENT. INDIVIDUAL	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	GRANILITE	5,18
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	APOIO ADM	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	8,88
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	SALA DE PROFESSORES 01	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	31,50
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	SALA DE PROFESSORES 03	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	35,04
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	SALA DE PROFESSORES 02	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	38,58
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	SANITÁRIO 02	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	GRANILITE	3,90
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	0 - TERREO	SANITÁRIO 01	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	GRANILITE	3,92
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS	45,99	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	4,77	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS	33,15	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	17,61	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	ANFITEATRO	ANFITEATRO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	VINÍLICO	110,57
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	SALA DE EQUIPAMENTOS	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	5,55
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	SALA DE NO-BREAKS	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	2,68
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	CORREDOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	INTERNO	CERÂMICO	14,48
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	HALL	HALL	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	INTERNO	CERÂMICO	51,67
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	LABORATÓRIO MICROSCOPIA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	11,98
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	LABORATÓRIO AQUA ESPEQUI	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	85,40
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	SALA D.T.I.	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	11,95
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	SALA DE REUNIÃO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	12,30
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	SALA PÓS GRADUAÇÃO	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	12,51
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	SANITÁRIO PCD	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	2,90
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	6,15
JOSÉ DE FILIPPI	JF - EDIFÍCIO DO ANFITEATRO	1º PAV	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	6,46
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ENGENHARIA QUÍMICA	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS	18,40	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ENGENHARIA QUÍMICA	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	1,80	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ENGENHARIA QUÍMICA	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS	3,20	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ENGENHARIA QUÍMICA	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	31,80	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ENGENHARIA QUÍMICA	0 - TERREO	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	INTERNO		14,74
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ENGENHARIA QUÍMICA	0 - TERREO	LAB. ELETROTÉCNICA	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO		26,93
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ENGENHARIA QUÍMICA	0 - TERREO	LAB. OP. UNITÁRIAS	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO		57,76
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ENGENHARIA QUÍMICA	0 - TERREO	LAB. FENOM. TRANSPORTES	LABORATÓRIO DIDÁTICO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO		76,47
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ENGENHARIA QUÍMICA	0 - TERREO	ÁREA DE MONTAGEM	NATEPE	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		19,76
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ENGENHARIA QUÍMICA	0 - TERREO	SALA DE AULA	SALA DE AULA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		22,74
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ENGENHARIA QUÍMICA	0 - TERREO	SANITÁRIO FEMININO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	11,98
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ENGENHARIA QUÍMICA	0 - TERREO	SANITÁRIO MASCULINO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	7,92
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ESCOTEIROS	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	5,48	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ESCOTEIROS	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	5,48	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ESCOTEIROS	0 - TERREO	CORREDOR	EXT. - PAVIMENTADO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CERÂMICO	42,12
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ESCOTEIROS	0 - TERREO	APOIO TERCEIRIZADOS 2	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CONCRETO	12,06
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ESCOTEIROS	0 - TERREO	APOIO TERCEIRIZADOS 3	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CONCRETO	20,61
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ESCOTEIROS	0 - TERREO	APOIO TERCEIRIZADOS 1	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CONCRETO	20,73
JOSÉ DE FILIPPI	JF - ESCOTEIROS	0 - TERREO	SANITÁRIO E VESTIÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	14,60
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	130,52	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS	130,52	
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	SALA DE REDE	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	9,15
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	PESAGEM DE RESIDUOS	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	7,97
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	CORREDOR	CIRCULAÇÃO	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR INTERNO	CERÂMICO	175,52	

JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	COPA	COPA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO	CERÂMICO	6,22
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 01 - RMN	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	25,77
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 02 - MEV	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	15,25
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 03 - ANÁL. ELEMENTAR E ABS. ATOMICA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	25,77
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 04 - FÍSICA GERAL	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	15,25
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 05 - LABIORG	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	25,77
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 06 - LABEE - BIA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	25,77
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 07 - LABEE - BIA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	15,25
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 08 - SÍNTESE E VIA ÚMIDA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	15,25
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 09	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	25,77
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 10 CIS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	31,25
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 10 TRANS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	20,00
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 11 - LQCEMC	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	25,77
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	SALA DE FREEZERS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	25,77
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 13 - CQV	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	79,85
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 14	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	42,20
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 15 - ECOLOGIA, ZOOLOGIA E FISILOGIA COMP	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	52,81
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 16 - QUÍMICA ORGÂNICA A	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	52,81
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 17 - ECOFISIOLOGIA E MONITORAMENTO	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	25,77
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 18 - QUÍMICA ORGÂNICA HELENA FERRAZ	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	52,81
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 19 - PALEOECOLOGIA E ECOLOGIA DE PAISAGEI	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	25,77
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 20 - ETNOBOTÂNICOS/ ETNOFARMACOLÓGICOS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	9,15
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 21 - EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	33,80
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 22 - NEUROCELL	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	41,97
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 22A - COMPORTAMENTO ANIMAL	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	9,88
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 23 - GENÉTICA EVOLUTIVA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	52,81
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 25 - ANÁLISES DE ESPECIAÇÃO QUÍMICA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	52,81
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 27 - FISILOGIA METABÓLICA	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	52,81
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 28 - BIOLOGIA CELULAR	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	52,81
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 29 - CRONOBIOLOGIA MOLECULAR	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	52,81
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAVAGEM E SECAGEM DE MATERIAIS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	15,25
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	SALA DE MICROCIRURGIAS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	6,56
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	SALA VAZIA (ANTIGO BIOTÉRIO DE PEIXES)	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	5,44
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	SALA DE ESTUFAS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	9,15
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	LAB. 29A	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS NB2	INTERNO	CERÂMICO	25,77
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	SANITÁRIO MASC.	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	9,61
JOSÉ DE FILIPPI	JF - GALPÃO DE PESQUISA	0 - TERREO	SANITÁRIO FEM.	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	9,95
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA		0 - TÉRREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		0,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA		0 - TÉRREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		1,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA		0 - TÉRREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		0,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA		0 - TÉRREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		0,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA		0 - TÉRREO	ESCADAS	ESCADAS	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CIMENTO	9,90
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA		0 - TÉRREO	OFICINA MECÂNICA	OFICINA MECÂNICA	OFICINA	INTERNO	CIMENTO	156,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA		0 - TÉRREO	SANITÁRIOS	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	5,74
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	1º PAV		ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		7,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	1º PAV		ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		0,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	1º PAV		ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		0,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	1º PAV		ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		7,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	1º PAV		ESCADAS	ESCADAS	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVR	INTERNO	CERÂMICO	5,74
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	1º PAV		SALA 01	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	13,23
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	1º PAV		SALA 02	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	31,14
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	1º PAV		SALA 03	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	108,40
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	1º PAV		SANITÁRIOS	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO	CERÂMICO	5,74
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	2º PAV		ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		7,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	2º PAV		ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE EXT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		0,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	2º PAV		ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. COM RISCO	Face interna e externa c/ Risco	ESQUADRIAS		0,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA	2º PAV		ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risco	ESQUADRIAS		7,00

MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA		2º PAV	VARANDA	EXT. - PAVIMENTADO	Pavimentados adjacentes/cont	EXTERNO	CIMENTO	112,00
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA		2º PAV	SALA 02	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	17,30
MANOEL DA NÓBREG/ MN - OFICINA		2º PAV	SALA 01	LABORATÓRIO	LABORATÓRIOS E AFINS	INTERNO	CERÂMICO	26,80
SILVIO DONINI	SILVIO DONINI	0 - TERREO	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risc	ESQUADRIAS		50,70
SILVIO DONINI	SILVIO DONINI	0 - TERREO	ÁREA LIVRE	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		9,59
SILVIO DONINI	SILVIO DONINI	0 - TERREO	ÁREA LIVRE	ÁREA TÉCNICA	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		10,61
SILVIO DONINI	SILVIO DONINI	0 - TERREO	OFICINA	OFICINA MECÂNICA	OFICINA	INTERNO		245,99
SILVIO DONINI	SILVIO DONINI	0 - TERREO	SANITÁRIOS	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		15,08
SILVIO DONINI	SILVIO DONINI	1º PAV	ESQUADRIAS	ESQUAD. FACE INT. SEM RISCO	Face interna e externa s/ Risc	ESQUADRIAS		48,24
SILVIO DONINI	SILVIO DONINI	1º PAV	ESTACIONAMENTO	EXT. - PAVIMENTADO	Passeios e Arruamentos	EXTERNO		157,68
SILVIO DONINI	SILVIO DONINI	1º PAV	SALÃO PRINCIPAL	SALA DE TRABALHO	DEMAIS ÁREAS INTERNAS	INTERNO		245,99
SILVIO DONINI	SILVIO DONINI	1º PAV	SANITÁRIOS	SANITÁRIO	SANITÁRIO	SANITÁRIO		15,56

52103,086

RESUMO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

Metragens totais	
Área interna	18870,00
Área interna Laboratórios NB2	487,00
Área externa	23825,00
Esquadrias s/ Risco	5246,00
Esquadrias c/ Risco	2637,00
Banheiros	1039,00

Nesta planilha preencher apenas os campos em amarelo

Quadro de Funcionários	
Função	Quantidade
Encarregado	1
Agente de Asseio e Conservação	#DIV/0!
Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade	#DIV/0!
Limpador de Vidros sem Risco de Vida	#DIV/0!
Agente de Higienização	#DIV/0!
Limpador de Vidros com Risco de Vida	#DIV/0!
Total de subordinados por encarregado	#DIV/0!

ÁREA INTERNA

Laboratórios e afins

MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE		PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	(1/M²)		(R\$)	(R\$/M²)
Encarregado	1		#DIV/0!	#DIV/0!
	#DIV/0!	0,00		
Agente de Asseio e Conservação	1		#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL				#DIV/0!

Almoxarifados/galpões

MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE		PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	(1/M²)		(R\$)	(R\$/M²)
Encarregado	1		#DIV/0!	#DIV/0!
	#DIV/0!	0,00		
Agente de Asseio e Conservação	1		#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL				#DIV/0!

Oficinas

MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE		PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	(1/M²)		(R\$)	(R\$/M²)
Encarregado	1		#DIV/0!	#DIV/0!
	#DIV/0!	0,00		
Agente de Asseio e Conservação	1		#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL				#DIV/0!

Áreas com espaços livres – Saguão, hall e salão

MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE		PREÇO	SUBTOTAL
	(1/M²)		HOMEM-MÊS (R\$)	(R\$/M²)
Encarregado	1		#DIV/0!	#DIV/0!
	#DIV/0!	0,00		

Agente de Asseio e Conservação	1	#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL			#DIV/0!

Demais áreas internas não informadas no itens anteriores

MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE		PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	(1/M²)		(R\$)	(R\$/M²)
Encarregado	1		#DIV/0!	#DIV/0!
	#DIV/0!	0,00		
Agente de Asseio e Conservação	1		#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL				#DIV/0!

LABORATÓRIOS COM INSALUBRIDADE

MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE		PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	(1/M²)		(R\$)	(R\$/M²)
Encarregado	1		#DIV/0!	#DIV/0!
	#DIV/0!	0,00		
Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade	1		#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL				#DIV/0!

ÁREA EXTERNA

Pisos pavimentados adjacentes/ contíguos às edificações

MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE		PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	(1/M²)		(R\$)	(R\$/M²)
Encarregado	1		#DIV/0!	#DIV/0!
	#DIV/0!	0,00		
Agente de Asseio e Conservação	1		#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL				#DIV/0!

Varrição de passeios e arruamentos

MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE		PREÇO	SUBTOTAL
	(1/M²)		(R\$)	(R\$/M²)
Encarregado	1		#DIV/0!	#DIV/0!
	#DIV/0!	0,00		
Agente de Asseio e Conservação	1		#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL				#DIV/0!

Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária

MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE		PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	(1/M²)		(R\$)	(R\$/M²)
Encarregado	1		#DIV/0!	#DIV/0!
	#DIV/0!	0,00		
Agente de Asseio e Conservação	1		#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL				#DIV/0!

ESQUADRIAS

Face interna e externa SEM exposição à situação de RISCO

MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE	PREÇO HOMEM-MÊS		SUBTOTAL
	(1/M²)	(R\$)		(R\$/M²)
MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE (1/M²)	Frequência no Mês (horas)	JORNADA DE TRABALHO NO MÊS (HORAS)	
Encarregado	1	16	1	
	#DIV/0! 0		188,76	
	=(1x2x3)	PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	SUBTOTAL (R\$)	
	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
Limpador de Vidros sem Risco de Vida	1	16	1	
			188,76	
	=(1x2x3)	PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	SUBTOTAL (R\$)	
	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
TOTAL				#DIV/0!

Face interna e externa COM exposição à situação de RISCO				
MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE	PREÇO HOMEM-MÊS		SUBTOTAL
	(1/M²)	(R\$)		(R\$/M²)
MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE (1/M²)	Frequência no Mês (horas)	JORNADA DE TRABALHO NO MÊS (HORAS)	
Encarregado	1	16	1	
	#DIV/0! 0		188,76	
	=(1x2x3)	PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	SUBTOTAL (R\$)	
	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
Limpador de Vidros com Risco de Vida	1	16	1	
			188,76	
	=(1x2x3)	PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	SUBTOTAL (R\$)	
	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
TOTAL				#DIV/0!

BANHEIROS

MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE		PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	(1/M²)		(R\$)	(R\$/M²)
Encarregado	1		#DIV/0!	#DIV/0!
	#DIV/0!	0,00		
Agente de Higienização	1		#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL				#DIV/0!

VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS				
I- Área Interna	Áreas Física	Preço unitário	Subtotal	Valor unitário do m2 ponderado
Laboratórios e afins	5.168,00	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Almoxarifados/galpões	423,00	#DIV/0!	#DIV/0!	
Oficinas	402,00	#DIV/0!	#DIV/0!	
Áreas com espaços livres – Saguão, hall e salão	5.117,00	#DIV/0!	#DIV/0!	
Demais áreas internas não informadas no itens anteriores	7.760,00	#DIV/0!	#DIV/0!	

II - Área Interna - Laboratórios com insalubridade	Áreas Física	Preço unitário	Subtotal	Valor unitário do m2
Laboratórios e afins com Insalubridade	487,00	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
III- Área Externa	Áreas Física	Preço unitário	Subtotal	Valor unitário do m2 ponderado
Pisos pavimentados adjacentes/ contíguos às edificações	6.513,00	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Varrição de passeios e arruamentos	10.707,00	#DIV/0!	#DIV/0!	
Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	6.605,00	#DIV/0!	#DIV/0!	
IV - Esquadria Externa	Áreas Física	Preço unitário	Subtotal	Valor unitário do m2 ponderado
Face interna e externa sem exposição à situação de risco	5.246,00	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Face interna e externa com exposição à situação de risco	2.637,00	#DIV/0!	#DIV/0!	
V - Banheiros	Áreas Física	Preço unitário	Subtotal	Valor unitário do m2
Banheiros Coletivos	1.039,00	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Total Mensal			#DIV/0!	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MODELO DE FORMAÇÃO DE CUSTO MENSAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	
Processo Nº 23089.017112/2025-39	
Licitação Nº	
Dia XX/XX/2026 às 10:00 horas	
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)	
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano): 02/06/2026	
Município/UF: Diadema/SP	
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	
Número de meses de execução contratual:	12
Valor do Salário Mínimo	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra						
DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTES A MÃO DE OBRA						
Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado	Agente de Asseio e Conservação	Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade	Limpador de Vidros sem Risco de Vida	Agente de Higienização	Limpador de Vidros com Risco de Vida
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)						
Data base da categoria (dia/mês/ano)						

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO

SALÁRIO BASE
* O Salário Base vem definido na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional a ser contratada para o objeto da prestação de serviço.
* A CCT deve abranger o município de prestação de serviço e se estar vigente na data da apresentação da proposta.

SALÁRIO BASE		CLÁUSULA CCT
Encarregado		
Agente de Asseio e Conservação		
Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade		
Limpador de Vidros sem Risco de Vida		
Agente de Higienização		
Limpador de Vidros com Risco de Vida		

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

* Gratificação de função informada na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional a ser contratada.

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO				
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor da Gratificação	CLÁUSULA CCT
Encarregado	R\$ -		R\$ -	
Agente de Asseio e Conservação	R\$ -		R\$ -	
Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade	R\$ -		R\$ -	
Limpador de Vidros sem Risco de Vida	R\$ -		R\$ -	
Agente de Higienização	R\$ -		R\$ -	
Limpador de Vidros com Risco de Vida	R\$ -		R\$ -	

ADICIONAIS (periculosidade, insalubridade ou outros, se houver)

* Em havendo na Convenção Coletiva de Trabalho a EXIGÊNCIA acerca dos adicionais, bem como seu percentual e a base de cálculo, devendo adaptar a planilha ao caso em concreto.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE				
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor	CLÁUSULA CCT
Encarregado	R\$ -	0%	R\$ -	
Agente de Asseio e Conservação	R\$ -	0%	R\$ -	
Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade	R\$ -	20%	R\$ -	
Limpador de Vidros sem Risco de Vida	R\$ -	0%	R\$ -	
Agente de Higienização	R\$ -	40%	R\$ -	
Limpador de Vidros com Risco de Vida	R\$ -	0%	R\$ -	

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE				
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor	CLÁUSULA CCT
Encarregado	R\$ -	0%	R\$ -	
Agente de Asseio e Conservação	R\$ -	0%	R\$ -	
Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade	R\$ -	0%	R\$ -	
Limpador de Vidros sem Risco de Vida	R\$ -	0%	R\$ -	
Agente de Higienização	R\$ -	0%	R\$ -	
Limpador de Vidros com Risco de Vida	R\$ -	30%	R\$ -	

Composição da Remuneração					
Categoria	Salário Base	ADICIONAL DE INSALUBRIDAD E	Gratificação de função	Adicional de Periculosidade	Total

Encarregado	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Agente de Asseio e Conservação	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Limpador de Vidros sem Risco de Vida	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Agente de Higienização	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Limpador de Vidros com Risco de Vida	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS)

* O cálculo de benefícios mensais e diários dependerá das disposições constantes em Convenção Coletiva de Trabalho sobre os direitos negociados aos trabalhadores, observando sempre o custo efetivo a ser suportado pela Administração no contrato de prestação de serviços (descontados os valores arcados pelos empregados).

SUBMÓDULO 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

13º SALÁRIO							
	Percentual	Encarregado	Agente de Asseio e Conservação	Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade	Limpador de Vidros sem Risco de Vida	Agente de Higienização	Limpador de Vidros com Risco de Vida
Provisionamento Mensal	8,33%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Incidência Submódulo 4.1	2,82%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL	11,15%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

FÉRIAS					
Previsto no art. 7º da Constituição Federal					
Categoria	Provisionamento Mensal				
	8,33%	Terço Constitucional	Incidência Submódulo 4.1	Total	
Encarregado	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Agente de Asseio e Conservação	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Limpador de Vidros sem Risco de Vida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Agente de Higienização	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Limpador de Vidros com Risco de Vida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	

SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Encargos	Percentual	Encarregado	Agente de Asseio e Conservação	Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade	Limpador de Vidros sem Risco de Vida	Agente de Higienização	Limpador de Vidros com Risco de Vida
INSS - empregador	20,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Salário-Educação	2,50%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SAT- GIL/RAT		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SESC	1,50%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

SENAC	1,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SEBRAE	0,60%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
INCRA	0,20%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
FGTS	8,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL	33,80%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

CUSTO DA PASSAGEM				
Categoria	Vr. Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total
Encarregado				R\$ -
Agente de Asseio e Conservação				R\$ -
Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade				R\$ -
Limpador de Vidros sem Risco de Vida				R\$ -
Agente de Higienização				R\$ -
Limpador de Vidros com Risco de Vida				R\$ -

DESCONTO DO VALE TRANSPORTE			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Desconto
Encarregado	R\$ -	6%	R\$ -
Agente de Asseio e Conservação	R\$ -	6%	R\$ -
Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade	R\$ -	6%	R\$ -
Limpador de Vidros sem Risco de Vida	R\$ -	6%	R\$ -
Agente de Higienização	R\$ -	6%	R\$ -
Limpador de Vidros com Risco de Vida	R\$ -	6%	R\$ -

CUSTO EFETIVO DO VALE TRANSPORTE			
Categoria	Custo total	Valor do desconto	Custo efetivo
Encarregado	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Agente de Asseio e Conservação	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Agente de Asseio e Conservação c/ Insalubridade	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Limpador de Vidros sem Risco de Vida	R\$ -	R\$ -	R\$ -

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)					
		Encarregado	Agente de Asseio e Conservação	Agente de Asseio e Conservação	Limpador de Vidros sem Risco de Vida	Agente de Higienização	Limpador de Vidros com Risco de Vida
A	Salário-Base	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B	Adicional de Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
C	Adicional de Insalubridade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D	Função Gratificada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)					
A	13º (décimo terceiro) Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
C	Incidência Submódulo 2.2 sobre 13º Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D	Incidência Submódulo 2.2 sobre Férias e Adicional de Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor (R\$)					
A	INSS	20,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
C	SAT	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D	SESC ou SESI	1,50%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		33,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)					
A	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B	TICKET REFEIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
C	VALE ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D	CESTA BÁSICA ADICIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
E	BENEFICIO MÉDICO AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	ASSISTÊNCIA SOCIAL SINDICAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
G	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)					
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)					
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
C	Multa do FGTS e sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)					
A	Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B	Ausências Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
C	Licença-Paternidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D	Ausência por acidente de trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
E	Afastamento Maternidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	Ausências Justificadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)					
4.1	Ausências Legais (com exceção a Férias)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Incidência do Submódulo 2.2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)					
A	Uniformes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B	Materiais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
C	Equipamentos	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Total		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual	Valor (R\$)					
A	Custos Indiretos	0,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
B	Lucro	0,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
C	Tributos							
	PIS	0,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
	COFINS	0,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
	ISS	0,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Total			#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por posto)	Valor (R\$)					
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Subtotal (A + B +C+ D+E)		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Valor Total por Funcionário		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



DIVISÃO DE GESTÃO DE MATERIAIS - DIADEMA
Rua São Nicolau 210 5º Andar - Bairro Centro - Diadema - SP CEP 09913-030 - <http://www.unifesp.br>
4044-0500

ANEXO - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

Atestamos para os devidos fins que a empresa _____, situada na _____, n° _____, Bairro _____, CEP _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, representada neste ato pelo (a) Sr. (Sra.) _____, realizou a vistoria técnica no local dos serviços detalhados no Termo de Referência acima citada, cumprindo as exigências nele contidas.

Diadema, ____ de _____ de 2026.

Empresa

(Nome e assinatura)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP

Campus Diadema

(Nome e assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo Dias Amorim, Assistente em Administração**, em 07/04/2026, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3189258** e o código CRC **CC31F20A**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



DIVISÃO DE GESTÃO DE MATERIAIS - DIADEMA
Rua São Nicolau 210 5º Andar - Bairro Centro - Diadema - SP CEP 09913-030 - <http://www.unifesp.br>
4044-0500

ANEXO - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

(Modelo)

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.....

(Nome e Cargo do Representante Legal)



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo Dias Amorim, Assistente em Administração**, em 07/04/2026, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clicando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3189264** e o código CRC **12F68959**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



DIVISÃO DE GESTÃO DE MATERIAIS - DIADEMA
Rua São Nicolau 210 5º Andar - Bairro Centro - Diadema - SP CEP 09913-030 - <http://www.unifesp.br>
4044-0500

ANEXO - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Diadema, ____ de ____ de 202X.

À Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Licitação: XX / 202X

A empresa _____ vem, conforme relação anexa e em atendimento do que determina o edital de licitação XX / 202X detalhar o rol de obrigações assumidas com empresas públicas ou privadas/órgãos da Administração pública até a presente data e declara estar ciente de que essas informações estão sujeitas a verificação por parte da Universidade Federal de São Paulo para a finalidade para a qual se apresenta.

Contratante	Nº do contrato	Objeto	Local dos Serviços	Data de Início	Prazo de Execução	Valor Total do Contrato	Valor Mensal do Contrato	Valor Anual do Contrato	Valor executado	Valor a executar

Local, data, assinatura e identificação do responsável pela empresa.



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo Dias Amorim, Assistente em Administração**, em 07/04/2026, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3189270** e o código CRC **366ACFD1**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



SEÇÃO DE COMPRAS - DIADEMA

Rua São Nicolau 210 5º Andar - Bairro Centro - Diadema - SP CEP 09913-030 - <http://www.unifesp.br>
4044-0500

ANEXO

Data:

ANEXO - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO ENQUADRAMENTO SINDICAL

DECLARO que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, está regularmente vinculada ao Sindicato _____, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades.

Diadema, ____ de _____ de 2026.

Empresa

(Nome e assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **Renata Kazumi Koketu, Administradora**, em 12/06/2026, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3436137** e o código CRC **927BBB3B**.

Referência: Processo nº 23089.017112/2025-39

Especificação do Processo: Serviços de limpeza para o campus Diadema

Descrição do documento:

SEI nº 3436137